



STATE GRID
BRAZIL HOLDING S.A.
国家电网巴西控股公司

STATE GRID BRAZIL HOLDING S.A.
CNPJ/MF nº 11.938.558/0001-39



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Prezados Acionistas,
A **State Grid Brazil Holding S.A. ("SGBH ou Companhia")** apresenta o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras consolidadas, com os Relatórios dos Auditores Independentes referente ao exercício de 2021:

1) A COMPANHIA

A State Grid Brazil Holding é uma empresa brasileira, que atua no setor de transmissão de energia elétrica desde 2010, já tendo investido mais de R\$ 30 bilhões no país. Utiliza tecnologia de ponta, e está sempre comprometida com altos padrões de segurança e respeito ao meio ambiente. A Companhia é subsidiária da Top View Grid Investment Limited com 0,0001% de participação e da International Grid Holdings Limited (IGHL) com 99,9999% de participação. Estas empresas são subsidiárias da State Grid Corporate of China (SGCC), localizada em Pequim, na República Popular da China que foi criada como uma empresa estatal em 2002, com o objetivo de construir e operar redes elétricas, para fornecer uma energia mais segura, mais limpa, mais econômica e sustentável. Além do Brasil, a SGCC também possui filiais no Chile, Portugal, Itália, Grécia, Omã, Filipinas, Hong Kong e Austrália, além de outras operações nos EUA, Venezuela, Índia e Rússia e alguns países da África. Ao todo, são mais de 1,5 milhão de funcionários em todo o mundo.

2) NEGÓCIOS NO BRASIL

Desde sua chegada no Brasil, a SGBH adquiriu participação de 100% em 19 concessionárias do serviço público de transmissão de energia, 100% em 1 empresa de prestação de serviços e gerenciamento de atividades de engenharia e 51% de participação com controle conjunto em 5 companhias conforme abaixo:

Controladas Participação de 100%			Controladas em conjunto Participação de 51%
ETEE	RPTE	MRTE	Matrinchá
ETIM	SPTTE	LTMC	Guaraciaba
ITE	Iracema	ACTE	LNT
PPTE	Catxerê	XRTE	Paranaíba
SMTE	Araraquara	CNTE	Belo Monte
PCTE	Itatim	PRTE	
STE	SGSE		

Razão social

Expansion Transmissão de Energia Elétrica S.A. ("ETEE")
Expansion Transmissão Itumbiara Marimondo S.A. ("ETIM")
Itumbiara Transmissora de Energia S.A. ("ITE")
Porto Primavera Transmissora de Energia S.A. ("PPTE")
Serra da Mesa Transmissora de Energia S.A. ("SMTE")
Poços de Caldas Transmissora de Energia S.A. ("PCTE")
Ribeirão Preto Transmissora de Energia S.A. ("RPTE")
Serra Paracatu Transmissora de Energia S.A. ("SPTTE")
Iracema de Transmissora de Energia S.A. ("Iracema")
Catxerê Transmissora de Energia S.A. ("Catxere")
Araraquara Transmissora de Energia S.A. ("Araraquara")
Linhas de Transmissão do Itatim S.A. ("Itatim")
Marechal Rondon Transmissora de Energia S.A. ("MRTE")
Atlântico Concessionária de Transmissão de Energia do Brasil S.A. ("ACTE")
Linhas de Transmissão Montes Claros S.A. ("LTMC")
Xingu Rio Transmissora de Energia S.A. ("XRTE")
Canarana Transmissora de Energia S.A. ("CNTE")
Paranaíba Ribeirãozinho Transmissora de Energia ("PRTE")
State Grid Serviços de Engenharia S.A. ("SGSE")
Silvânia Transmissora de Energia S.A. ("STE")
Matrinchá Transmissora de Energia S.A. ("Matrinchá")
Guaraciaba Transmissora de Energia S.A. ("Guaraciaba")
Luziânia Niquelândia Transmissora S.A. ("LNT")
Paranaíba Transmissora de Energia S.A. ("Paranaíba")
Belo Monte Transmissora de Energia S.A. ("Belo Monte")

Total de extensão de linhas em km em investimentos com 100% de participação	2021	2020
Extensão das Linhas em operação:	10.163	10.007
Extensão das Linhas em construção:	10.007	10.007
	156	-
	2021	2020
Subestações próprias:	21	20
Subestações acessadas:	43	43

Parcerias
Além de seus investimentos diretos, a SGBH alcançou importantes conquistas com parceiros no Brasil:
- Em 2011, em parceria com Furnas Centrais Elétricas S.A. ("Furnas") venceu o Leilão 06/2011 e constituiu a Luziânia Niquelândia Transmissora S.A. ("Luziânia"), possuindo participação societária de 51%. Este lote está composto pela Subestação Niquelândia e Subestação Luziânia. Houve autorização para iniciar a operação da Subestação Luziânia em 09 de junho de 2014 e SE Niquelândia, teve sua entrada em operação no dia 12 de agosto de 2015.
- Em 2012, em parceria com a Copel Geração e Transmissão S.A. ("Copel"), venceu 2 lotes do Leilão 002/2012 e constituiu a Matrinchá Transmissora de Energia S.A. ("Matrinchá") e Guaraciaba Transmissora de Energia S.A. ("Guaraciaba"), possuindo 51% de participação societária em cada uma dessas empresas. A Matrinchá assinou o Contrato de Concessão nº 012/2012 em 10/05/2012 e todos os trechos já estão em operação, sendo o último em 29/07/2016. A Guaraciaba, por sua vez, assinou o Contrato de Concessão nº 013/2012 em 10 de maio de 2012 e durante o exercício de 2017 todas as Linhas de Transmissão entraram em operação, tendo sido a última em 09/12/2016.
- Ainda em 2012, venceu o lote G do Leilão 007/2012 em parceria com Furnas e Copel, e constituiu a Paranaíba Transmissora de Energia S.A. ("Paranaíba"), também possuindo 51% de participação societária. A Paranaíba concluiu, entre maio e novembro de 2016, a construção de todos os três trechos de linhas de transmissão objetos do Contrato de Concessão 007/2013. Em janeiro de 2017 houve a conclusão da implantação da totalidade do projeto.
- Em 2014, em parceria com Furnas e Eltronorte, venceu o Leilão 011/2013, e constituiu a Belo Monte Transmissora de Energia S.A. ("Belo Monte"). O período de construção do empreendimento estava estipulado, conforme contrato de concessão, para entrar em operação comercial em fevereiro de 2018, porém o Projeto entrou em operação comercial em dezembro de 2017, com uma antecipação de dois meses em relação ao estabelecido no contrato de concessão.

Total de extensão de linhas em km em investimentos com 51% de participação	2021	2020
Extensão das Linhas em operação:	4.651	4.651
	4.651	4.651
	2021	2020
Subestações próprias:	7	7
Subestações acessadas:	10	10

3) A STATE GRID BRAZIL E A PANDEMIA DA COVID-19

Em um momento tão importante e sensível como o que atravessamos com a pandemia, as empresas têm tido cada vez mais papel relevante na manutenção da saúde de seus empregados e no esclarecimento de dúvidas sobre a Covid-19, com uma atuação fundamental das áreas de comunicação corporativa. Para tratar deste tema, a SGBH instituiu um comitê permanente de monitoramento, com a participação de executivos da alta direção, e assumiu a função de semanalmente informar os colaboradores e seus familiares sobre a pandemia. A empresa trouxe médicos e especialistas - como a Dra. Margareth Dalcolmo, da Fiocruz - para tirar dúvidas sobre a doença e falar sobre a importância da vacinação, incentivando todos a se imunizarem. Criou um "vacinômetro" e peças de comunicação, em diversos formatos, para ajudar a esclarecer os funcionários. Além disso, acompanha diariamente os casos de contágio e a evolução dos vacinados na empresa. Em dezembro de 2021, a companhia atingiu 100% de vacinados com as duas doses ou dose única da vacina.
Desde março de 2020, quando a pandemia se agravou, a manutenção e a operação tem sido garantida pelos seus colaboradores observando, no entanto, um rígido protocolo sanitário a fim de preservar a saúde e a segurança dos colaboradores. Direcionamento das equipes corporativas para o trabalho remoto, monitoramento da pandemia e estabelecimento de protocolos específicos para as atividades de campo e testagem em massa foram algumas das medidas implementadas.
Mais de R\$ 11 milhões foram investidos em ações relacionadas à pandemia - cerca de R\$ 5 milhões em doações externas, com a linha de Investimentos Sociais de Empresas (ISE) do BNDES, e mais de R\$ 6 milhões investidos internamente em adequações e material de segurança para atender ao nosso escritório e bases operacionais. A empresa se empenhou ainda para não reduzir a carga horária de seus empregados e também manteve os postos de trabalho durante a pandemia.

Ao contrário de diminuir seu quadro, contratou mais de 150 colaboradores em 2020. Hoje, são aproximadamente 800 funcionários, um crescimento de cerca de 10% em relação ao final de 2019. Em 2021, foram mais de 100 contratações. Ainda existem cerca de 60 vagas em aberto.

4) EXERCÍCIO DE 2021

	2021	2020
Ativos totais - R\$	30.106.380.208	29.018.889.097
Receita líquida - R\$	3.219.655.518	2.919.242.538

O exercício de 2021 foi marcado pelo aumento da taxa do dólar (USD 5,5805 por real em 31 de dezembro de 2021 contra USD 5,1967 por real em 31 de dezembro de 2020), o que impactou diretamente no resultado financeiro e lucro líquido de algumas Concessionárias do Grupo. As concessionárias ITE, SMTE, SPTTE, RPTE e PCTE possuíam endividamento em dólar devido os empréstimos intercompany entre SGID, o que vinha impactando nas demonstrações financeiras locais dessas empresas e também exigindo reescalonamento regular da dívida com a SGID. Em setembro de 2021, nas SPEs, foi feita uma análise e se chegou a conclusão de que seria melhor a implementação da assunção destas dívidas em dólar para concentrar os empréstimos da SGID apenas na SGBH e com posterior capitalização das SPEs.
A assunção da Dívida trará benefícios claros para as empresas tais como: melhoria nos resultados das empresas, melhorias no índice de endividamento, possibilidade de pagamento de maiores dividendos e alavancagem futura através de uma dívida local para melhorar a estrutura de capital das SPEs.
A Administração faz acompanhamento periódico sobre sua exposição cambial e até o presente momento não identificou a necessidade de contratar instrumentos financeiros de proteção visto que estes empréstimos estão contratados junto a SGID, assim, os ganhos e perdas em função da variação das taxas cambiais ficam consolidados no Grupo.

5) GOVERNANÇA CORPORATIVA

A cada ano a Companhia busca ser mais inclusiva, e vem aperfeiçoando seu sistema de gestão, buscando as melhores práticas de governança corporativa, atuando com ética e respeito para com seus acionistas e demais partes interessadas.
Iniciativas como a Semana da Saúde e do Bem Estar foram levadas para todas as regionais da empresa além de sua sede no Rio de Janeiro. A promoção de eventos para a criação de um bom ambiente de trabalho. O Programa de Liderança, contando com a participação de todos os seus executivos, diretores e gerentes também vem sendo incentivado e aprimorado.

A Companhia constituiu uma Divisão de Compliance e passou a implementar seu Programa de Compliance nas empresas do grupo SGBH. Desde o início de 2021, em respeito à legislação local e internacional relacionada ao compliance corporativo, a Companhia aprovou seu Código de Ética e Conduta Empresarial, implementou e continua implementando Políticas, Regras e Procedimentos de Conformidade, está promovendo a realização contínua de campanhas de comunicação e treinamentos, viabilizou o lançamento do Canal de Denúncias (externo e independente) e está conduzindo investigações internas. Além disso, o Programa de Compliance conta com apoio inequívoco da alta administração através da participação em treinamentos e comunicações internas.
Além disso a Companhia deu continuidade em sua gestão de riscos corporativos realizando o monitoramento dos riscos e reavaliando a sua matriz de forma a mantê-la atualizada e refletindo os seus riscos corporativos. Em 2021 também iniciou suas atividades centralizadas de controles internos e mapeamento de processos corporativos e realizou sua primeira auditoria interna com equipe própria local.
Nosso objetivo é o de buscar cada vez mais transparência nas informações e o alinhamento de todas as equipes de forma a garantir total sintonia com os propósitos do Grupo.

6) RESPONSABILIDADE AMBIENTAL E SOCIAL

A Companhia vem operando em conformidade com a legislação brasileira, atendendo a todos os requisitos de meio ambiente e exigências de saúde, higiene, segurança e medicina do trabalho. Na fase de operação de seu empreendimento, são desenvolvidos Programas Ambientais visando mitigar e compensar os impactos ao meio ambiente. A State Grid também participa de ações sociais junto a Sociedade.
Destacamos alguns dos projetos culturais e sociais nos quais a State Grid participou:

Orquestra Maré do Amanhã: A State Grid Brazil é mantenedora da Orquestra Maré do Amanhã desde 2012. O projeto prevê o ensino de música clássica para crianças e adolescentes entre 4 e 19 anos, residentes da comunidade da Maré no Estado do Rio de Janeiro, em escolas públicas. O projeto iniciou em 2011 com 30 alunos e atualmente trabalha com mais de 3.500 jovens. Busca oferecer uma oportunidade real de melhoria de vida para os moradores da Maré, área considerada de alto risco. Crianças são preparadas e equipadas para a arte da música, evitando que sejam regimentadas pelo tráfico de drogas. Para ser selecionado e participar do projeto, é essencial que as crianças e adolescentes estejam matriculados na escola, comprovem frequência e desempenho escolar. As aulas de música ocorrem no turno inverso à escola. A orquestra tem se tornado cada vez mais profissional, recebendo cada vez mais reconhecimento, tocando em outros países, somando diversas participações especiais em programas de TV e novelas brasileiras. Em 2017, a orquestra se apresentou para o Papa Francisco no Vaticano e tocou em um dos eventos de maior público do país, o Réveillon em Copacabana, que contabilizou um público de 2,4 milhões de pessoas. Em 2018, foi inaugurada a nova sede da Orquestra Maré do Amanhã - localizada fora da área de risco. Agora o projeto dispõe de um espaço próprio, com salas de aula, espaço de convivência e um teatro. Em 2019 se apresentou em um dos maiores festivais de música do mundo, o Rock in Rio. Em 2020, com a pandemia as aulas e ensaios foram mantidos de forma virtual. A orquestra também fez campanha para doações de recursos financeiros para a compra de itens básicos para moradores do Complexo de Favelas da Maré (RJ), como forma de ajudar os mais necessitados. 2021 foi o ano da retomada à vida seguindo as orientações do "novo normal". Como a pandemia ainda era uma realidade, as doações de cestas básicas foram mantidas para a comunidade e o projeto iniciou o ano com muitas reuniões virtuais para planejar novos formatos de aula e vários ajustes na estrutura, a fim de viabilizar o ensino híbrido. Como o objetivo de levar música e alegria às pessoas não poderia ser realizado ocupando os espaços tradicionais, o diretor, Carlos Eduardo Prazeres, criou a Caravana da Esperança. E assim, em cima de um trio elétrico, os músicos passavam pelas ruas do Rio de Janeiro, levando música e amor a todos que se mantinham em isolamento. A iniciativa foi muito bem acolhida pela população e rendeu mídia pelo mundo todo. Em maio, as escolas voltaram a receber alunos e a musicalização nos EDIs e escolas primárias foram retomadas. Em setembro, estrearam a peça para comemorar os 200 anos da Independência. E assim, tornaram-se a primeira orquestra a lançar tal homenagem no Brasil. Em outubro, abriram o teatro do projeto ao público e também fizeram parte das comemorações de dois ícones cariocas e do Brasil: o Cristo Redentor e o bondinho do Pão de Açúcar. Em novembro, receberam pelo segundo ano consecutivo o prêmio de melhor Orquestra do Brasil e o prêmio de melhor escola de musicalização infantil. Para finalizar o ano, a Orquestra fez uma viagem ao Pará onde tocaram para comunidades quilombolas.

O Jardim da Vida: O Jardim da Vida é uma exposição multimídia que conta com a exibição de vídeos, cenografia que remete às regiões ribeirinhas do entorno da cidade de Altamira, som surround da floresta amazônica e um minidocumentário com depoimentos e histórias de moradores da Amazônia, em formato imersivo 360° que pode ser assistido a partir de dispositivos óticos de realidade virtual. O objetivo da obra é aproximar as pessoas umas das outras, dar expressão às questões mais profundas dos seres humanos, unir arte e cultura, entreter o público participante de forma imersiva e interativa, oferecer ao público um trabalho que objetiva a valorização humana e o encurtamento das diferenças, ampliando a capacidade a empatia, tudo através da experiência imersiva na arte digital. A exposição foi realizada nos meses de novembro e dezembro de 2021.

Exposição China - Tradição e Modernidade: A exposição apresentará pela primeira vez no Brasil e na América Latina um acervo diversificado, dinâmico e, principalmente, contextualizado de arte contemporânea chinesa. O projeto terá início em Brasília (mar/2022) e seguirá para outras cidades como as do Rio de Janeiro (MAM - jun) e São Paulo (a ser confirmada a data).

Craque do Amanhã: O projeto "Craque do Amanhã", criado em 2012, tem como objetivo oferecer um programa esportivo que ofereça atividades físicas e psicológicas, promover desenvolvimento físico, psicológico e social por meio do esporte e melhorar a qualidade de vida de cerca de 400 crianças e adolescentes carentes e em vulnerabilidade social, entre 8 e 17 anos, em São Gonçalo, Rio de Janeiro. Utiliza o esporte como principal ferramenta impulsora da construção de valores em prol da promoção social, focando na construção de valores, cidadania, ética e no fortalecimento da identidade cultural, local e de gênero.

Com a pandemia, as atividades tiveram que ser suspensas no início de 2020, sendo retomadas em outubro com todos os protocolos e cuidados necessários para a segurança dos jovens e dos profissionais que atuam no projeto. Um dos objetivos do projeto também é promover a mobilização comunitária e ação social, buscando a integração e o fortalecimento da comunidade, seus integrantes, líderes, jovens e familiares. Sensibilizado pela crise atual, o projeto articulou a entrega de cestas básicas para moradores de comunidades locais e distribuição de alimentos, cobertores e roupas para famílias em situação de rua. Em 2021, mesmo com os diversos problemas causados pela pandemia da COVID-19, os números do Craque do Amanhã são muito positivos e o resultado desse trabalho possui indicadores significativos diante da realidade de extrema violência da localidade do projeto. Articulando esporte e práticas pedagógicas e psicossociais, ao longo de 12 meses, e graças ao trabalho desenvolvido junto com parceiros e financiadores, foi possível conquistar resultados incríveis.

7) AGRADECIMENTOS

Registramos nossos agradecimentos aos membros da Diretoria e Conselho de Administração pelo apoio prestado no debate e encaminhamento das questões de maior interesse da sociedade. Nossos especiais reconhecimentos à dedicação e empenho do quadro funcional. Também queremos deixar consignados nossos agradecimentos aos prestadores de serviços, usuários, entidades financeiras, seguradoras, demais agentes do Setor Elétrico e a todos que direta ou indiretamente, colaboraram para o êxito das atividades da State Grid e para o cumprimento da nossa missão.

Rio de Janeiro, 11 de março de 2022

A Administração

BALANÇOS PATRIMONIAIS - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em Reais)

Ativo	31/12/2021		31/12/2020		Passivo	31/12/2021		31/12/2020			
	Nota	Controladora	Consolidado	Controladora		Consolidado	Nota	Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado
Ativo circulante					Passivo circulante						
Caixa e equivalentes de caixa	7	104.714.711	1.589.947.576	38.645.043	1.084.267.944	Fornecedores - terceiros	17	1.857.898	246.492.969	423.906	295.466.738
Títulos e valores mobiliários	8	-	-	100.016.657	100.016.657	Fornecedores - partes relacionadas	22.2	2.159.713	16.645	1.896.986	16.645
Concessionárias e permissionárias	9	-	332.964.638	-	311.303.282	Empréstimos e financiamentos - terceiros	18	-	359.299.381	-	448.655.386
Contas a receber - partes relacionadas	22.1	3.330.317	957.006	3.819.173	1.116.290	Empréstimos - partes relacionadas	18	6.001.886	6.001.886	5.256.399	290.824.794
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	10	107.010.391	237.856.999	84.748.880	144.673.492	Imposto de renda e contribuição social a pagar	19	1.980.403	110.985.383	1.980.403	126.379.487
Outros impostos a recuperar	10	208.604	8.799.550	208.604	13.779.415	Outros impostos a pagar	19	13.393.296	45.009.524	19.607.584	56.844.160
Ativo de Contrato	12	-	2.677.237.016	-	2.569.746.401	Taxas regulamentares	20	-	47.925.587	-	61.782.286
Empréstimos a receber - partes relacionadas	11	91.481.313	91.481.313	1.109.282.829	88.179.202	Dividendos a pagar	22.4	10.978.455	10.978.455	3.527.266	3.527.266
Adiantamentos a fornecedores		188.313	10.630.353	345.548	18.780.030	Outros passivos circulantes	21	224.343	45.708.306	195.100	38.323.800
Estoques		-	71.671.865	-	56.292.661			36.595.994	872.418.136	32.887.644	1.321.820.562
Dividendos a receber	22.4	93.631.064	91.166.194	276.272.767	119.167.588	Passivo não circulante					
Outros ativos circulantes		16.697	31.679.830	77.272	21.356.149	Empréstimos e financiamentos - terceiros	18	-	6.988.602.526	-	5.658.793.010
		400.581.410	5.144.392.340	1.613.416.773	4.528.679.111	Empréstimos - partes relacionadas	18	5.739.781.685	5.739.781.685	4.488.742.425	5.060.199.355
						Impostos diferidos	23	152.351.021	4.383.112.353	150.838.492	4.009.113.868
Ativo não circulante						Provisão para contingências	24	1.634.932	25.044.735	1.168.996	46.675.682
Títulos e valores mobiliários	8	-	175.328.834	-	158.173.412	Outros passivos não circulantes	25	-	62.284.315	2.615.493	106.043.675
Ativo de Contrato	12	-	19.314.463.651	-	19.053.686.181			5.893.767.638	17.198.825.614	4.643.365.406	14.880.825.590
Empréstimos a receber - partes relacionadas	11	647.597.815	647.597.815	709.652.698	709.652.698	Patrimônio líquido					
Outros ativos não circulantes		2.880.794	83.765.020	1.969.621	59.669.820	Capital social	26.a	9.787.203.751	9.787.203.751	9.787.203.751	9.787.203.751
Investimentos	13	16.537.298.201	3.838.850.749	14.820.652.012	3.623.594.634	Reserva legal	26.b	210.890.756	210.890.756	149.455.766	149.455.766
Propriedade para investimento	14	77.579.772	77.579.772	79.559.870	79.559.870	Reserva de lucros	26.c	1.857.283.865	1.857.283.865	2.027.948.393	2.027.948.393
Imobilizado	15	298.873.438	321.127.271	266.561.123	290.483.943	Reserva especial de lucros a realizar	26.d	-	-	757.478.446	757.478.446
Intangível	16	688.660	503.274.756	683.898	515.389.428	Reserva de incentivos fiscais	26.e	179.758.086	179.758.086	94.156.589	94.156.589
		17.564.918.680	24.961.987.868	15.879.079.222	24.490.209.986			12.035.136.458	12.035.136.458	12.816.242.945	12.816.242.945
Total do ativo		17.965.500.090	30.106.380.208	17.492.495.995	29.018.889.097	Total do passivo e do patrimônio líquido		17.965.500.090	30.106.380.208	17.492.495.995	29.018.889.097

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

continua →





STATE GRID
BRAZIL HOLDING S.A.
国家电网巴西控股公司

STATE GRID BRAZIL HOLDING S.A.
CNPJ/MF nº 11.938.558/0001-39



★ continuação

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em Reais)

	Capital Social	Reserva Legal	Reserva de lucros			Lucros acumulados	Total
			Reserva especial de lucros a realizar	Reserva de Retenção de Lucros	Reserva de incentivos fiscais		
Saldo em 31 de dezembro de 2019 (reapresentado)	9.787.203.751	133.944.038	757.478.446	2.678.396.287	-	-	13.357.022.522
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	310.234.564	310.234.564
Constituição da reserva legal (Nota explicativa 26)	-	15.511.728	-	-	-	(15.511.728)	-
Destinação de lucros acumulados à reserva de lucros (Nota explicativa 26)	-	-	-	291.775.608	-	(291.775.608)	-
Dividendos propostos (Nota explicativa 26)	-	-	-	-	-	(2.947.228)	(2.947.228)
Provisão de incentivos fiscais SUDAM (Nota explicativa 26)	-	-	-	-	94.156.589	-	94.156.589
Distribuição de dividendos adicionais (Nota explicativa 26)	-	-	-	(185.087.912)	-	-	(185.087.912)
Distribuição de dividendos intermediários (Nota explicativa 26)	-	-	-	(757.135.590)	-	-	(757.135.590)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	9.787.203.751	149.455.766	757.478.446	2.027.948.393	94.156.589	-	12.816.242.945
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	1.228.699.806	1.228.699.806
Constituição da reserva legal (Nota explicativa 26)	-	61.434.990	-	-	-	(61.434.990)	-
Provisão de incentivos fiscais SUDAM (Nota explicativa 26)	-	-	-	(18.537.236)	87.956.601	(69.419.365)	-
Dividendos propostos (Nota explicativa 26)	-	-	-	-	-	(10.978.455)	(10.978.455)
Destinação de lucros acumulados à reserva de lucros (Nota explicativa 26)	-	-	-	1.086.866.996	-	(1.086.866.996)	-
Reversão de reserva reflexa de investidas (Nota explicativa 26)	-	-	-	-	(4.708.725)	-	(4.708.725)
Constituição de reserva reflexa de investidas (Nota explicativa 26)	-	-	-	-	2.352.621	-	2.352.621
Reversão de realização de reserva criada devido adoção do CPC 47 (Nota explicativa 26)	-	-	(757.478.446)	757.478.446	-	-	-
Distribuição de dividendos intermediários (Nota explicativa 26)	-	-	-	(1.996.472.734)	-	-	(1.996.472.734)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	9.787.203.751	210.890.756	-	1.857.283.865	179.758.086	-	12.035.136.458

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em Reais)

	Nota	31/12/2021		31/12/2020	
		Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado
Receita operacional líquida	27	8.418.664	3.219.655.518	7.519.132	2.919.242.538
Custo da operação	28	(5.721.927)	(282.081.165)	(7.871.257)	(277.971.459)
Lucro bruto		2.696.737	2.937.574.353	(352.125)	2.641.271.079
Despesas gerais e administrativas	29	(23.601.933)	(95.755.711)	(62.018.254)	(177.927.145)
Outras despesas/receitas operacionais líquidas	30	(405.005)	58.491.178	(500.300)	(737.183)
Lucro/(prejuízo) antes do resultado financeiro		(21.310.201)	2.900.309.820	(62.870.679)	2.462.606.751
Resultado financeiro	31	(465.596.010)	(1.419.793.833)	(1.116.480.280)	(1.961.532.521)
Receita financeira		938.839.308	999.168.833	1.079.848.463	1.045.628.525
Despesa financeira		(1.404.435.318)	(2.418.962.666)	(2.196.328.743)	(3.007.161.046)
Equivalência patrimonial	13.2	1.717.118.545	290.742.437	1.491.102.882	290.717.695
Resultado antes dos impostos		1.230.212.334	1.771.258.424	311.751.923	791.791.925
IRPJ e CSLL Correntes	32	-	(189.690.910)	-	(275.014.782)
IRPJ e CSLL Diferidos	32	(1.512.528)	(352.867.708)	(1.517.359)	(206.542.579)
Lucro líquido do período		1.228.699.806	1.228.699.806	310.234.564	310.234.564

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em Reais)

	31/12/2021		31/12/2020	
	Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado
Lucro líquido do período	1.228.699.806	1.228.699.806	310.234.564	310.234.564
Total dos resultados abrangentes	1.228.699.806	1.228.699.806	310.234.564	310.234.564

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em Reais)

1. INFORMAÇÕES GERAIS

A State Grid Brazil Holding S.A. ("SGBH" ou "Companhia"), com sede à Av. Presidente Vargas, nº 955, Sala 1.601, Centro, Rio de Janeiro, Brasil é uma Companhia privada de capital fechado e foi constituída em 28 de abril de 2010, tendo como objetivo principal a participação societária em outras empresas. As controladas e controladas em conjunto nas quais a SGBH investe estão apresentadas nas Notas Explicativas nºs 3 e 4. A Companhia é subsidiária da Top View Grid Investment Limited com 0,00001% de participação e da International Grid Holdings Limited (IGHL) com 99,9999% de participação. Estas empresas são subsidiária da State Grid Corporate of China (SGCC), localizada em Pequim, na República Popular da China. **1.1 Coronavírus (COVID-19): (i) Contexto geral:** Em 11 de março de 2020, a Organização Mundial de Saúde (OMS) declarou o surto de Coronavírus (COVID-19) como uma pandemia. A imensa maioria dos governos, nos cinco continentes, passou a adotar medidas restritivas para conter a disseminação do vírus, as quais têm potencial para afetar significativamente a economia global, tendo em vista a interrupção ou desaceleração da cadeia de suprimentos e o aumento da incerteza econômica, considerando o aumento dos preços dos ativos, das taxas de câmbio e a queda das taxas de juros de longo prazo. As principais economias do Mundo e os principais blocos econômicos vêm estudando pacotes de estímulos econômicos expressivos para superar a potencial recessão econômica que tais medidas de mitigação da propagação da COVID-19 possam provocar. No Brasil, os Poderes Executivo e Legislativo da União publicaram diversos atos normativos para prevenir e conter a pandemia, assim como mitigar os respectivos impactos na economia, com destaque para o Decreto Legislativo nº 6, publicado em 6 de março de 2020, que declara o estado de calamidade pública. Os governos estaduais e municipais também publicaram diversos atos normativos buscando restringir a livre circulação de pessoas de atividades comerciais e de serviços, além de viabilizar investimentos comerciais e de serviços, bem como investimentos emergenciais na área da saúde. **Impacto nas demonstrações financeiras:** A Companhia vem analisando cuidadosamente as novas diretrizes da política governamental em resposta à pandemia, revendo seu planejamento estratégico e sensibilizando suas premissas para possíveis cenários de: (i) Déficit na Receita Anual Permitida (RAP), que podem vir de diferentes fontes, como déficits na conta CDE para pagar subsídios e inadimplência dos usuários do sistema, capacidade reduzida dos consumidores de pagar contas de energia e desemprego, que podem afetar o pagamento da tarifa de transmissão, que deverá ser compensado no próximo ciclo da RAP através da Parcela de Ajuste (PA). (ii) Impactos no fluxo de caixa que vem sendo medidos mediante simulações. Os impactos nos anos de 2020 e 2021 foram acompanhados mensalmente, e, foram considerados irrelevantes, tanto na Receita Anual Permitida, conforme mencionado no item (i) acima, quanto nos custos da empresa que impactaram o Fluxo de Caixa. No que se refere ao impacto na RAP decorrente de dificuldades relacionadas à COVID-19, este é contabilizado na conta contábil de Antecipação. Esta conta registra a diferença entre os valores arrecadados dos usuários e as receitas mensais de todas as transmissoras. Quando o valor das cobranças não é suficiente para remunerar as transmissoras ocorre o desconto. Apesar de algumas perdas serem registradas na conta ao longo de 2020, o impacto geral nas demonstrações financeiras consolidadas não foi material. O valor médio do desconto de antecipação praticado em 2020 foi de 1,9% da RAP. No exercício de 2021, essa conta não registrou perdas relacionadas aos impactos da COVID-19. No que tange às despesas, se verificou que os gastos incorridos necessários ao combate à COVID-19 (Equipamentos de proteção individual, máscaras, materiais para primeiros socorros, gastos com alimentação e transporte para os funcionários que precisaram comparecer aos escritórios, exame/s médicos, apoio psicológico etc) foram integralmente contabilizados em centros de custos específicos designados para o controle dos gastos com a Covid, facilitando a apuração de seus valores, que representaram um percentual médio total das despesas de 0,6% em 2020 e 1,3% em 2021, nos montantes de R\$ 2.546.872 (dois milhões quinhentos e quarenta e seis mil, oitocentos e setenta e dois reais) e R\$ 4.773.924 (quatro milhões setecentos e setenta e três mil, novecentos e vinte e quatro reais), respectivamente, nas demonstrações financeiras consolidadas.

2. BASE DE PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO

Declaração de conformidade: As demonstrações financeiras da Companhia e suas controladas ("demonstrações financeiras") foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais incluem as disposições da Lei das Sociedades por Ações e normas e procedimentos contábeis emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB). A Companhia e suas controladas também se utilizam das orientações contidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico Brasileiro e das normas definidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica ("ANEEL"), quando estas não são conflitantes com as práticas contábeis adotadas no Brasil. Essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas são apresentadas com as alterações relevantes ocorridas no exercício, e consideram as informações que no entendimento da administração proporcionam uma visão abrangente individual e consolidada da posição patrimonial e financeira da companhia e do desempenho de suas operações. A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Administração em 11 de março de 2022. **2.1 Uso de estimativas e julgamentos:** As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com diversas bases de avaliação utilizadas em estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras foram baseadas no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a avaliação dos ativos contratuais da concessão pelo método de ajuste a valor presente, estimativa decorrente do ativo diferido sobre prejuízos fiscais, análise do risco de crédito para determinação da provisão para perda de crédito esperada, assim como da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para contingências, compensação ambiental e impostos diferidos. A Companhia e suas controladas revisam suas estimativas pelo menos anualmente. **2.2 Conversão de saldos em moeda estrangeira:** A moeda funcional da Companhia e suas controladas é o Real, mesma moeda de preparação e apresentação das demonstrações financeiras. Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional usando-se a taxa de câmbio vigente na data dos respectivos balanços patrimoniais. Os ganhos e perdas resultantes da atualização desses ativos e passivos verificados entre a taxa de câmbio vigente na data da transação e os encerramentos dos exercícios são reconhecidos como receitas ou despesas financeiras no resultado. **2.3 Classificação circulante versus não circulante:** A Companhia e suas controladas apresentam ativos e passivos no balanço patrimonial com base na classificação circulante e não circulante. Um ativo é classificado no circulante quando se espera realizá-lo ou se pretende vendê-lo ou consumi-lo no ciclo operacional normal; e, quando for mantido principalmente para negociação, se espera realizá-lo dentro de 12 meses após o período de divulgação ou se representar caixa ou equivalentes de caixa. Um passivo é classificado no circulante quando se espera liquidá-lo no ciclo operacional normal e, quando for mantido principalmente para negociação, se espera realizá-lo dentro de 12 meses após o período de divulgação ou não há direito incondicional para diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses. Os demais ativos e passivos são classificados no não circulante.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em Reais)

	Nota	31/12/2021		31/12/2020	
		Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado
Fluxo de caixa das atividades operacionais					
Lucro antes dos impostos		1.230.212.334	1.771.258.424	311.751.923	791.791.928
Itens de resultado que não afetam o caixa					
Equivalência patrimonial	13	(1.717.118.545)	(290.742.437)	(1.491.102.882)	(290.717.695)
Juros e variações monetárias dos empréstimos a pagar	18	514.338.468	1.528.030.780	1.146.971.368	1.945.729.100
Juros e variações monetárias dos empréstimos a receber	11	(87.413.625)	(71.098.437)	(117.041.775)	(76.543.845)
Depreciação e amortização	14, 15 e 16	5.094.392	10.430.108	7.503.199	12.401.468
Provisão para perda de crédito esperada	9	-	(2.340.240)	-	2.520.892
Provisão para contingências	24	465.936	(21.630.947)	466.757	2.453.226
Provisões compensação ambiental		-	4.397.452	-	6.772.135
Custo de transação de financiamento	18	-	(26.714.797)	-	898.275
Outras provisões		-	-	70.096	835.983
(Aumento) redução nos ativos					
Concessionárias e permissionárias	6	-	(19.321.117)	-	(6.188.873)
Contas a receber - partes relacionadas		488.856	6.376.298	52.679.181	40.903.646
Ativo de contrato	12	-	(368.268.085)	-	(269.498.299)
Estoques		-	(15.379.203)	-	(22.625.493)
Imposto de renda e contribuição social a recuperar		(4.000.592)	(47.709.207)	-	(57.615.486)
Outros impostos a recuperar		-	4.979.846	(7.679.567)	(1.183.686)
Adiantamentos a fornecedores		157.234	8.149.677	120.406	10.303.286
Juros recebidos	11	204.024.726	73.437.679	68.503.976	38.672.208
Despesas antecipadas		-	(3.444.934)	-	8.381.777
Outros ativos		(850.599)	(30.973.959)	34.041.385	(32.672.074)
Aumento (redução) nos passivos					
Fornecedores diversos e partes relacionadas		1.696.719	(55.190.770)	(36.181.783)	(332.850.191)
Impostos e contribuições sociais		(3.288.915)	259.617.185	24.560.216	361.401.284
Imposto de renda e Contribuição social pagos		-	(228.349.145)	-	(217.635.847)
Outros impostos pagos		(2.925.372)	(259.613.752)	(25.411.262)	(331.638.695)
Taxas regulamentares		-	(13.856.700)	-	12.376.102
Compensação ambiental		-	(12.547.956)	-	29.482.357
Outros passivos		(2.586.247)	(28.224.360)	(5.771)	(1.839.593)
Juros pagos	18	(129.504.491)	(519.824.067)	(157.036.230)	(397.634.003)
Fluxo de caixa aplicado nas atividades operacionais		8.790.279	1.651.447.336	(187.790.763)	1.226.279.887
Fluxo de caixa das atividades de investimento					
Aquisição de imobilizado e intangível	15 e 16	(35.431.371)	(39.896.098)	(161.914.988)	(165.165.307)
Dividendos recebidos	22.4	597.494.824	101.132.612	315.078.563	46.259.376
Juros sobre capital próprio recebidos	22.4	257.687.596	-	159.761.566	-
Empréstimos concedidos		-	-	(200.000.000)	-
Empréstimos recebidos	11	963.245.298	56.413.530	484.347.233	91.179.001
Títulos e valores mobiliários		100.016.658	82.861.233	(100.016.657)	(152.783.021)
Aumento de capital em controlada		(36.300.000)	-	900	-
Fluxo de caixa gerado pelas (aplicado nas) atividades de investimento		1.846.713.005	200.511.277	497.256.617	(180.509.951)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento					
Empréstimos captados	18	210.566.384	1.310.566.384	64.275.830	65.383.565
Empréstimos pagos	18	-	(656.845.366)	-	(296.893.694)
Dividendos pagos	22.4	(2.000.000.000)	(2.000.000.000)	(957.135.590)	(957.135.590)
Fluxo de caixa gerado pelas atividades de financiamento		(1.789.433.616)	(1.346.278.982)	(892.859.760)	(1.188.645.719)
Aumento (redução) líquido do saldo de caixa e equivalentes de caixa		66.069.668	505.679.632	(583.393.906)	(142.875.784)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		38.645.043	1.084.267.944	622.038.949	1.227.143.728
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício		104.714.711	1.589.947.576	38.645.043	1.084.267.944

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

3. BASES DE CONSOLIDAÇÃO

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as operações da SGBH e das controladas, as quais estão apresentadas a seguir:

Razão social	% de participação	Data de aquisição/constituição
	31/12/2021	
Expansion Transmissão de Energia Elétrica S.A. ("ETEE")	100	15/12/2010
Expansion Transmissão Itumbiara Marimbondo S.A. ("ETIM")	100	15/12/2010
Itumbiara Transmissora de Energia S.A. ("ITE")	100	15/12/2010
Ribeirão Preto Transmissora de Energia S.A. ("RPTE")	100	15/12/2010
Poços de Caldas Transmissora de Energia S.A. ("PCTE")	100	15/12/2010
Serra da Mesa Transmissora de Energia S.A. ("SMTE")	100	15/12/2010
Serra Paracatu Transmissora de Energia S.A. ("SPTE")	100	15/12/2010
Araraquara Transmissora de Energia S.A. ("Araraquara")	100	14/12/2012
Catxeré Transmissora de Energia S.A. ("Catxeré")	100	14/12/2012
Porto Primavera Transmissora de Energia S.A. ("PPTE")	100	14/12/2012
Linhas de Transmissão do Itatim S.A. ("Itatim")	100	14/12/2012
Iracema de Transmissora de Energia S.A. ("Iracema")	100	14/12/2012
Marechal Rondon Transmissora de Energia S.A. ("MRTE")	100	18/11/2013
Atlântico Concessionária de Transmissão de Energia do Brasil S.A. ("ACTE")	100	01/07/2015
Linhas de Transmissão de Montes Claros S.A. ("LTMCL")	100	01/07/2015
Xingu Rio Transmissora de Energia S.A. ("XRTE")</		



STATE GRID
BRAZIL HOLDING S.A.
国家电网巴西控股公司

STATE GRID BRAZIL HOLDING S.A.

CNPJ/MF nº 11.938.558/0001-39



★ continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em Reais)

1º de julho de 2020 a 30 de junho de 2021 foi aprovada em 14 de julho de 2020 de acordo com a Resolução Homologatória nº 2.725/2020 - ANEEL. (iii) O contrato de concessão da ITE 001/2005-ANEEL, na sexta cláusula, décima segunda subcláusula, informa que a partir do 16º (décimo sexto) ano de operação comercial, a Receita Anual Permitida da Transmissora será reduzida. (iv) O contrato de concessão da PPTE 009/2005-ANEEL, na sexta cláusula, décima segunda subcláusula, informa que a partir do 16º (décimo sexto) ano de operação comercial, a Receita Anual Permitida da Transmissora será reduzida. (v) A STE foi adquirida através do leilão ANEEL 001/2020 firmado conforme contrato de concessão assinado em 14 de maio de 2021 e não possui RAP para os ciclos 2021/2022 e 2020/2021 pois encontra-se em fase pré-operacional. A Administração prevê a entrada em operação para novembro de 2023.

4. CONTROLADAS EM CONJUNTO

As controladas em conjunto são as entidades nas quais a SGBH não exerce o controle individualmente, o controle operacional e financeiro é compartilhado com os demais acionistas destas. Assim, mesmo com participação de 51%, a SGBH não consolida as controladas em conjunto. Esses investimentos são registrados por meio do método de equivalência patrimonial e são reconhecidos inicialmente pelo custo. As controladas em conjunto nas quais a SGBH possui participação são sociedades de propósitos específicos (SPEs) que têm como principal atividade a exploração de concessões de serviços públicos de transmissão de energia, da mesma forma que as controladas da SGBH.

Razão social

	% participação
Luziânia Niquelândia Transmissora S.A. ("Luziânia") (i)	31/12/2021
Guaraciaba Transmissora de Energia S.A. ("Guaraciaba") (ii)	51
Matrinchã Transmissora de Energia S.A. ("Matrinchã") (iii)	51
Paranaíba Transmissora de Energia S.A. ("Paranaíba") (iv)	51
Belo Monte Transmissora de Energia S.A. ("Belo Monte") (v)	51

(i) Em 29 de setembro de 2011, a Luziânia foi constituída a partir do Consórcio Luziânia-Niquelândia, que foi o vencedor do Lote H do Leilão de Transmissão nº 06/2011, realizado pela Aneel em 16 de dezembro de 2011, em conjunto com a Furnas Centrais Elétricas S.A., com participação de 49%. O Lote H está composto pela Subestação Niquelândia e Subestação Luziânia. Houve autorização para iniciar a operação da Subestação Luziânia em 9 de junho de 2014, tendo os equipamentos sido, efetivamente, energizados em 19 de julho de 2014, após o fim do período restritivo estabelecido pelo ONS, em função da Copa do Mundo de Futebol. Já a SE Niquelândia teve sua entrada em operação no dia 12 de agosto de 2015. (ii) A Guaraciaba foi constituída em 14 de março de 2012, a partir do Consórcio Guaraciaba, que foi o vencedor do Lote B do Leilão de Transmissão nº 02/2012, realizado pela Aneel em 9 de março de 2012, em conjunto com a Copel Geração e Transmissão S.A., que tem participação de 49%. A Companhia assinou o Contrato de Concessão nº 013/2012 em 10 de maio de 2012, o qual dispõe que o início da operação comercial ocorreria em 32 (trinta e dois) meses contados da data da assinatura, sendo então 10 de janeiro de 2015. Porém, devido a assuntos operacionais, o cronograma não foi alcançado na data prevista. Durante o exercício de 2016, todas as linhas de transmissão entraram em operação, tendo sido a última em 9 de dezembro de 2016. (iii) A Matrinchã foi constituída em 14 de março de 2012, a partir do Consórcio Matrinchã, que foi o vencedor do Lote A do Leilão de Transmissão nº 02/2012, realizado pela Aneel em 9 de março de 2012, em conjunto com a Copel Geração e Transmissão S.A., que tem participação de 49%. A Companhia assinou o Contrato de Concessão nº 012/2012 em 10 de maio de 2012, o qual dispõe que o início da operação comercial ocorreria em 32 (trinta e dois) meses contados da data da assinatura, sendo então 10 de janeiro de 2015. Porém, devido a assuntos operacionais, o cronograma não foi alcançado na data prevista. Todos os trechos da Companhia já estão em operação, tendo sido os Lotes A2 e A3 os últimos a entrar em operação em 29 de julho de 2016. (iv) Em 21 de dezembro de 2012, a Paranaíba foi constituída, a partir do Consórcio Paranaíba, vencedor do lote G do Leilão de Transmissão nº 07/2012, realizado pela Aneel em 19 de dezembro de 2012, em conjunto com a Furnas Centrais Elétricas S.A., que tem participação de 24,5%, e Copel Geração e Transmissão S.A., que tem participação de 24,5%. A Companhia concluiu com êxito, no mês de maio de 2016, a implantação da linha de transmissão Luziânia - Pirapora 2. No mês de julho de 2016, foi concluída a implantação da linha de transmissão Rio das Equas - Luziânia. O trecho Barreiras II - Rio das Equas teve sua implantação concluída em janeiro de 2017, representando a conclusão da implantação da totalidade do projeto. (v) Em 20 de março de 2014, a Belo Monte foi constituída a partir do Consórcio IE Belo Monte, vencedor do lote AV do Leilão de Transmissão nº 011/2013, realizado pela Aneel em 7 de fevereiro de 2014, em conjunto com a Furnas Centrais Elétricas S.A. ("Furnas"), que tem participação de 24,5%, e Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A. ("Eletronorte"), que tem participação de 24,5%. O consórcio saiu vencedor com deságio de 38% sobre a RAP máxima para o Lote AB, com uma RAP anual estabelecida no contrato de concessão de de R\$ 434 milhões. O prazo de concessão da linha de transmissão é de 30 anos, contado a partir da assinatura do contrato, em 16 de junho de 2014. A BMTTE entrou em operação comercial em dezembro de 2017, com uma antecipação de dois meses em relação ao estabelecido no contrato de concessão.

5. RESUMO DAS PRÁTICAS CONTÁBEIS

5.1 Caixa e equivalentes de caixa: Caixas equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros fins. A Companhia e suas controladas consideram equivalentes de caixa as aplicações financeiras de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, qualifica-se como equivalente de caixa quando tem vencimento em três meses ou menos, a contar da data de contratação. **5.2 Concessionárias e permissionárias:** Destinam-se à contabilização de créditos referentes ao suprimento de energia elétrica faturado ao revendedor, do ajuste do fator de potência e de créditos provenientes da aplicação do acréscimo moratório, e engloba os valores a receber referentes ao serviço de transmissão de energia, registrados pelo regime de competência. O faturamento dos valores a receber é registrado conforme determinações do ONS por meio dos avisos de créditos (AVCs) mensais e faturas avulsas. Provisão para perda de crédito esperada (PCE) é avaliada pela Administração e constituída em montante considerado suficiente para cobrir possíveis perdas na realização dos recebíveis. Conforme descrito na regra de Gestão de Recursos da empresa o reconhecimento do contas a receber considerados incorríveis deve ser registrado em provisão para perda de crédito esperada (PCE). Para a constituição desta provisão deve ser feita uma análise criteriosa, considerando os seguintes parâmetros: • Análise individual do saldo de cada cliente, de forma a obter um julgamento adequado dos créditos considerados difíceis de receber; • Experiência da gestão quanto às perdas reais com clientes, ou seja, considerar o histórico de perdas, tomando como parâmetro pelo menos os últimos dois anos; • Existência de garantia; • Análise de contas em aberto e vencidas de clientes que renegociaram suas dívidas; e • Análise de devedores em falência. Os parâmetros acima devem ser considerados para clientes com dívidas relevantes. Nos demais casos, a provisão para perda de crédito esperada deve incluir o valor total dos créditos classificados para clientes com faturas vencidas há mais de 360 dias. **5.3 Estoques:** Os estoques são avaliados ao custo ou valor líquido realizável, dos dois o menor. As provisões para estoques de baixa rotatividade ou obsoletos são constituídas quando consideradas necessárias pela Administração. **5.4 Ativo de concessão:** Conforme previsto no contrato de concessão, o concessionário atua como prestador de serviço. O concessionário implementa, amplia, reforça ou melhora a infraestrutura (serviços de implementação de infraestrutura) usada para prestar um serviço público, além de operar e manter essa infraestrutura durante o prazo de concessão. O contrato de concessão não transfere ao concessionário o direito de controle do uso da infraestrutura de serviços públicos. É prevista apenas a cessão de posse desses bens para realização dos serviços públicos, sendo os bens revertidos ao concedente após o encerramento do respectivo contrato. O concessionário tem direito de operar a infraestrutura para a prestação dos serviços públicos em nome do Poder Concedente, nas condições previstas no contrato de concessão. O concessionário deve registrar e mensurar a receita dos serviços que presta de acordo com os Pronunciamentos Técnicos CPC 47/IFRS 15- Receita de Contrato com Clientes. Caso o concessionário realize mais de um serviço regido por um único contrato, a remuneração recebida ou a receber deve ser alocada a cada obrigação de performance com base nos valores relativos aos serviços prestados, caso os valores sejam identificáveis separadamente. O ativo de concessão registra valores a receber referentes à implementação da infraestrutura, receita de remuneração dos ativos da concessão e serviços de operação e manutenção. **Ativo de contrato:** O direito à contraprestação por bens e serviços condicionado ao cumprimento de obrigações de desempenho e não somente à passagem do tempo enquadram as transmissoras no CPC 47. Com isso, as contraprestações são classificadas como um "ativo contratual". O ativo contratual origina-se na medida em que a concessionária satisfaz a obrigação de construir e implementar a infraestrutura de transmissão, sendo a receita reconhecida ao longo do tempo do projeto, porém o recebimento do fluxo de caixa está condicionado à satisfação da obrigação de desempenho de operação e manutenção. Mensalmente, à medida que a Companhia opera e mantém a infraestrutura, a parcela do ativo contratual equivalente à contraprestação daquele pela satisfação da obrigação de desempenho de construir torna-se um ativo financeiro, pois nada além da passagem do tempo será requerida para que o referido montante seja recebido. Os benefícios desse ativo são os fluxos de caixa futuros. O valor do ativo contratual das concessionárias de transmissão de energia é formado por meio do valor presente dos seus fluxos de caixa futuros. O fluxo de caixa futuro é estimado no início da concessão, ou na sua prorrogação, e as premissas de sua mensuração são revisadas na Revisão Tarifária Periódica (RTP). A estimativa do valor do ativo contratual, da receita de construção da infraestrutura, da receita de operação e manutenção e da receita de remuneração envolve o uso de premissas tais como: taxa de inflação de longo prazo, margem de operação e manutenção (O&M), margem de construção, e a taxa de financiamento. Os fluxos de caixa são definidos a partir da RAP, que é a contraprestação que as concessionárias recebem pela prestação do serviço público de transmissão aos usuários. Estes recebimentos amortizam os investimentos nessa infraestrutura de transmissão, e eventuais investimentos não amortizáveis (bens reversíveis) geram o direito de indenização do Poder Concedente ao final do contrato de concessão. A implementação da infraestrutura, atividade executada durante a fase de obra, tem o direito à contraprestação vinculada à performance de finalização da obra e das obrigações de desempenho de operar e manter, e não somente à passagem do tempo, sendo o reconhecimento da receita e dos custos das obras relacionadas à formação desse ativo feito através dos gastos incorridos. Assim, a contrapartida pelos serviços de implementação da infraestrutura efetuados nos ativos de concessão são registrados na rubrica "Implementação da infraestrutura" como um ativo contratual, por terem direito à contraprestação ainda condicionados à satisfação de outra obrigação de desempenho. As receitas com implementação da infraestrutura e receita de remuneração dos ativos de concessão estão sujeitas ao diferimento do Programa de Integração Social (PIS) e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins), registrados na conta "Impostos diferidos" no passivo não circulante. **5.5 Investimentos em controladas e controladas em conjunto:** O investimento da Companhia em suas controladas é avaliado com base no método da equivalência patrimonial, conforme CPC 18 (R2)/IAS 28 - Investimento em Coligada, em Controlada e em Empreendimento Controlado em Conjunto, para fins de demonstrações financeiras da controladora e consolidadas. Com base no método da equivalência patrimonial, os investimentos nas controladas são contabilizados no balanço patrimonial da controladora ao custo, adicionado das mudanças após a aquisição da participação societária na coligada. O ágio relacionado com a controlada é incluído no valor contábil do investimento, não sendo amortizado. Em função de o ágio fundamentado em rentabilidade futura (*goodwill*) integrar o valor contábil do investimento na controlada (não é reconhecido separadamente), ele não é testado separadamente em relação ao seu valor recuperável. Para fins de demonstrações financeiras consolidadas, o ágio é reclassificado para o ativo intangível. A participação societária nas controladas é apresentada na demonstração do resultado da controladora como equivalência patrimonial, representando o lucro líquido atribuído aos acionistas da controlada. Quando necessário, são efetuados ajustes para que as políticas contábeis estejam de acordo com as adotadas pela Companhia. Após a aplicação do método da equivalência patrimonial para fins de demonstrações financeiras da controladora, a Companhia determina se é necessário reconhecer perda adicional do valor recuperável sobre o investimento em suas controladas. A Companhia determina, em cada data de fechamento do balanço patrimonial, se há evidência objetiva de que os investimentos em controladas sofreram perdas por redução ao valor recuperável. Se assim for, a Companhia calcula o montante da perda por redução ao valor recuperável como a diferença entre o valor recuperável da controlada e o valor contábil e reconhece o montante na demonstração do resultado da controladora. **5.6 Imobilizado:** Os itens que compõem o ativo imobilizado são relacionados à área Administrativa e referentes a ativos não vinculados ao contrato de concessão (os quais têm seu resultado registrado na nota de outras receitas e despesas operacionais nas Controladas) e apresentados ao custo de aquisição ou de construção, líquido de depreciação acumulada e/ou perdas acumuladas por redução ao valor recuperável, se for o caso. Quando partes significativas do ativo imobilizado são substituídas, reconhece-se essas partes como ativo individual com vida útil e depreciação específica. Todos os demais custos de reparos e manutenção são reconhecidos na demonstração do resultado, quando incorridos. O valor residual e a vida útil estimada dos bens são revisados e ajustados, se necessário, na data de encerramento do exercício. A depreciação é calculada de forma linear ao longo da vida útil do ativo, a taxas que levam em consideração a vida útil estimada dos bens. Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventuais ganhos ou perdas resultantes da baixa do ativo (calculado como a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado no período em que o ativo for baixado. O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos no encerramento de cada exercício, e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso. **5.7 Intangível:** Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. O custo de ativos intangíveis adquiridos em uma combinação de negócios corresponde ao valor justo na data da aquisição. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são

apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável. A vida útil de ativo intangível é avaliada como definida ou indefinida. Ativos intangíveis com vida definida são amortizados ao longo da vida útil econômica e avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo. O período e o método de amortização para um ativo intangível com vida definida são revisados, no mínimo, ao final de cada exercício social. Mudanças na vida útil estimada ou no consumo esperado dos benefícios econômicos futuros desses ativos são contabilizadas por meio de mudanças no período ou método de amortização, conforme o caso, sendo tratadas como mudanças de estimativas contábeis. A amortização de ativos intangíveis com vida definida é reconhecida na demonstração do resultado na categoria de despesa consistente com a utilização do ativo intangível. Ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, mas são testados anualmente em relação a perdas por redução ao valor recuperável, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa. A avaliação de vida útil indefinida é revisada anualmente para determinar se essa avaliação continua a ser justificável. Caso contrário, a mudança na vida útil de indefinida para definida é feita de forma prospectiva. Ganhos e perdas resultantes da baixa de um ativo intangível são mensurados como a diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa do ativo. Os ativos intangíveis estão representados substancialmente por: *softwares*, *serviços* e por *ágios gerados em função da expectativa de lucratividade e receitas incrementais esperadas no futuro*, vinculados a combinações de negócios da Companhia. **5.8 Provisão para redução ao valor recuperável (impairment):** A Administração da Companhia revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos não financeiros e financeiros com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para perda ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável, e as respectivas provisões são apresentadas nas notas explicativas. O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda. Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos, que reflita o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa. **5.9 Propriedade para investimento:** Propriedades para investimento são inicialmente mensuradas ao custo, incluindo custos da transação. O valor contábil inclui o custo de reposição existente à época em que o custo for incorrido, se os critérios de reconhecimento forem satisfeitos; excluindo os custos do serviço diário da propriedade para investimento. Após o reconhecimento inicial, propriedades para investimento são apresentadas ao valor de custo, que reflete as condições de mercado na data do balanço. Propriedades para investimento são baixadas quando vendidas ou quando a propriedade para investimento deixa de ser permanentemente utilizada e não se espera nenhum benefício econômico futuro da sua venda. A diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo é reconhecida na demonstração do resultado no período da baixa. Transferências são feitas para a conta de propriedade para investimento, ou, desta conta, apenas quando houver uma mudança no seu uso. Se a propriedade ocupada por proprietário se tornar uma propriedade para investimento, a SGBH contabiliza a referida propriedade de acordo com a política descrita no item de imobilizado até a data da mudança no seu uso. **5.10 Impostos: Impostos incidente sobre a receita da transmissão de energia elétrica:** As receitas da Transmissão de Energia Elétrica estão sujeitas ao PIS - Programa de Integração Social, com alíquotas de 1,65% e 0,65%, e à COFINS - Contribuição para Financiamento da Seguridade Social, com alíquota de 7,6% e 3%. Esses impostos são apresentados na Demonstração de Resultado (DRE) como reductor da Receita Bruta da Atividade. **Imposto sobre a Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ) e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) - Impostos correntes:** Para as controladas CNTE, ETEE, ITE, PTE, PRTE, SMTE e XRTE a tributação ocorre pela sistemática do Lucro Real que considera o Lucro Contábil ajustado segundo as regras tributárias dispostas pela legislação. Sobre o lucro tributável incide o IRPJ de 15%, acrescido do adicional de 10% para a parcela que exceder R\$ 240.000 (duzentos e quarenta mil reais) no ano e a CSLL à alíquota de 9%. Para as controladas ETIM, MRTE, Araraquara, RPTE, PCTE, LTMC, SPTE, LTI, Caxerê, ACTE, SGSE e STE, a tributação do IRPJ e da CSLL ocorre pela sistemática do Lucro Presumido. Dessa forma, a base de cálculo do IRPJ e da CSLL, para empresas controladas que tributam pelo regime de Lucro Presumido, é determinada mediante à aplicação da alíquota de presunção sobre a Receita Bruta, sendo 8% para IRPJ e 12% para CSLL, acrescida das demais receitas. Após a formação da base de cálculo, é aplicado a alíquota do IRPJ de 15%, acrescido do adicional de 10% para a parcela que exceder R\$ 60.000 (sessenta mil reais) no trimestre e a CSLL à alíquota de 9%. A única exceção ocorre na empresa SGSE que possui as alíquotas de presunção de 32% para IRPJ e 32% para CSLL. **Impostos diferidos:** Imposto diferido é gerado por diferenças temporárias na data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis. Impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças tributárias temporárias. **5.11 Provisões para contingências:** A Companhia reconhece provisão para causas tributárias, cíveis e trabalhistas que se originam de obrigações presentes resultantes de eventos passados que irão gerar desembolso de caixa futuro. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. **5.12 Ajuste a valor presente de ativos e passivos:** Os ativos e passivos monetários de longo prazo são atualizados monetariamente e, portanto, estão ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários de curto prazo é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita e, em certos casos, implícita dos respectivos ativos e passivos. Com base nas análises efetuadas e na melhor estimativa da Administração, concluiu-se que o ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários circulantes é irrelevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto e, dessa forma, nenhum ajuste foi realizado. **5.13 Outros ativos e passivos:** Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. **5.14 Assistências governamentais:** incentivo fiscal da Sudam consiste na redução de 75% do imposto de renda e adicionais não restituíveis devidos, calculados sobre o lucro da exploração. **5.15 Apuração do resultado:** O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência. **5.16 Receita operacional:** As receitas da Companhia são classificadas nos seguintes grupos: (a) **Receita de construção** - Serviços de implementação da infraestrutura, ampliação, reforço e melhorias das instalações de transmissão de energia elétrica. As receitas de infraestrutura são reconhecidas conforme os gastos incorridos e calculadas acrescendo-se as alíquotas de PIS e Cofins ao valor do investimento, uma vez que os projetos embutem margem suficiente para cobrir os custos de implementação da infraestrutura e encargos, considerando que boa parte de suas instalações é implementada através de contratos terceirizados com partes não relacionadas. As variações positivas ou negativas em relação à margem estimada são alocadas no resultado quando incorridas. Toda a margem de construção é reconhecida durante a obra e variações positivas ou negativas são alocadas imediatamente ao resultado, no momento que incorridas. Para estimativa referente à receita de construção, a Companhia utilizou um modelo que apura o custo de financiar o cliente (no caso, o Poder Concedente). A taxa definida para o valor presente líquido da margem de construção (e de operação) é definida no momento inicial do projeto e não sofre alterações posteriores, sendo apurada de acordo com o risco de crédito do cliente e prazo de financiamento. (b) **Remuneração do ativo contratual de concessão** - Juros reconhecidos pelo método linear com base na taxa que melhor representa a remuneração dos investimentos da infraestrutura de transmissão, por considerar os riscos e prêmios específicos do negócio. A taxa busca precificar o componente financeiro do ativo contratual, determinada na data de início de cada contrato de concessão. A taxa de retorno incide sobre o montante a receber do fluxo futuro de recebimento de caixa. (c) **Receita de operação e manutenção** - Serviços de operação e manutenção das instalações de transmissão de energia elétrica, que têm início após o término da fase de construção e que visa à não interrupção da disponibilidade dessas instalações. (d) **Receita de aluguel** - A receita de aluguel é registrada em conformidade com o regime contábil de competência e de acordo com a perspectiva de realização. **5.17 Instrumentos financeiros: a. Ativos financeiros:** Classificação e mensuração - Conforme CPC 48 os instrumentos financeiros são classificados em três categorias: mensurados ao custo amortizado; ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes ("VJORA") e ao valor justo por meio do resultado ("VJR"). A norma também elimina as categorias existentes no CPC 38 de mantidos até o vencimento, empréstimos e recebíveis e disponíveis para venda. A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais e do modelo de negócio para a gestão destes ativos financeiros. Os instrumentos financeiros são apresentados da seguinte forma: • **Ativos financeiros ao valor justo por meio de resultado** - Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado compreendem ativos financeiros mantidos para negociação, ativos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado ou ativos financeiros a ser obrigatoriamente mensurados ao valor justo. Ativos financeiros com fluxos de caixa que não sejam exclusivamente pagamentos do principal e juros são classificados e mensurados ao valor justo por meio do resultado. As variações líquidas do valor justo são reconhecidas no resultado. • **Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes ("VJORA")** - Um instrumento de dívida é mensurado ao VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR: é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto. • **Custo amortizado** - Um ativo financeiro é classificado e mensurado pelo custo amortizado, quando tem finalidade de recebimento de fluxos de caixa contratuais e gerar fluxos de caixa que sejam "exclusivamente pagamentos de principal e de juros" sobre o valor do principal em aberto. Esta avaliação é executada em nível de instrumento. Os ativos mensurados pelo valor de custo amortizado utilizam método de juros efetivos, deduzidos de qualquer perda por redução de valor recuperável. A receita de juros é reconhecida através da aplicação de taxa de juros efetiva, exceto para créditos de curto prazo quando o reconhecimento de juros seria imaterial. (i) **Redução ao valor recuperável de ativos financeiros (impairment)** - O CPC 48 utiliza o modelo prospectivo de "perdas de crédito esperadas". O modelo de perdas esperadas se aplica aos ativos financeiros mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, com exceção de investimentos em instrumentos patrimoniais. A Companhia não identificou perdas ("impairment") relevantes a serem reconhecidas nos exercícios apresentados. (ii) **Baixa de ativos financeiros** - A baixa (desreconhecimento) de um ativo financeiro ocorre quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando são transferidos a um terceiro os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual, substancialmente, todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Qualquer participação que seja criada ou retida pela Companhia em tais ativos financeiros transferidos é reconhecida como um ativo ou passivo separado. **b. Passivos financeiros:** Os passivos financeiros são classificados como ao valor justo por meio do resultado quando são mantidos para negociação ou designados ao valor justo por meio do resultado. Os outros passivos financeiros (incluindo empréstimos) são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. **5.18 Fluxo de caixa:** As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão apresentadas de acordo com o CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa. **5.19 Transações com partes relacionadas:** As transações com partes relacionadas foram, como regra geral, praticadas em condições e prazos semelhantes ao de mercado. Certas transações, por possuírem características e condições únicas e/ou específicas, portanto não comparáveis, foram estabelecidas em condições justas entre as partes, de forma a remunerar adequadamente seus respectivos investimentos e custos operacionais.

6. NOVAS NORMAS E INTERPRETAÇÕES AINDA NÃO EFETIVAS

As novas normas que não entraram em vigor, não tiveram adoção antecipada e não impactaram o Grupo: (a) **Contratos onerosos** - Custos para cumprir um contrato (alterações ao CPC 25/IAS 37) - As alterações especificam quais os custos que uma entidade inclui a determinar se o custo de cumprimento de um contrato com o objetivo de avaliar se o contrato é oneroso. As alterações aplicam-se a períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2022 para contratos existentes na data em que as alterações forem aplicadas pela primeira vez. Na data da aplicação inicial, o efeito cumulativo da aplicação das alterações é reconhecido como um ajuste do saldo de abertura em lucros acumulados ou outros componentes do patrimônio líquido, conforme apropriado. A Companhia concluiu que não possui contratos onerosos em 31 de dezembro de 2021. (b) **Reforma de taxas de juros de referência** - Fase 2 (alterações ao CPC 48/IFRS 9, CPC 38/IAS 39, CPC 40/IFRS 7, CPC 11/IFRS 4 e CPC 06/IFRS 16): As alterações tratam de questões que podem afetar as demonstrações financeiras como resultado da reforma da taxa de juros de referência, incluindo os efeitos de mudanças nos fluxos de caixa contratuais ou relações de hedge decorrentes da substituição da taxa de juros de referência por uma taxa de referência alternativa. As alterações fornecem expediente prático para certos requisitos do CPC 48/IFRS 9, CPC 38/IAS 39, CPC 40/IFRS 7, CPC 11/IFRS 4 e CPC 06/IFRS 16 relacionados a: mudanças na base de determinação dos fluxos de caixa contratuais de ativos financeiros, passivos financeiros e passivos de arrendamento; e contabilidade de hedge. (c) **Outras normas:** Não se espera que as seguintes normas novas e alteradas tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras consolidadas da Companhia: • Concessões de aluguel relacionadas à COVID-19 (alteração ao CPC 06/IFRS 16). • Imobilizado: ★

★ continua





STATE GRID
BRAZIL HOLDING S.A.
国家电网巴西控股公司

STATE GRID BRAZIL HOLDING S.A.
CNPJ/MF nº 11.938.558/0001-39



★ continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em Reais)

Receitas antes do uso pretendido (alterações ao CPC 27/IAS 16). • Referência à Estrutura Conceitual (Alterações ao CPC 15/IFRS 3). • Classificação do Passivo em Circulante ou Não Circulante (Alterações ao CPC 26/IAS 1). • CPC 32/IAS 12 Imposto diferido relacionado a ativos e passivos decorrentes de uma única transação. Não há outros CPCs que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas do grupo.

7. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	31/12/2021		31/12/2020	
	Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado
Caixa	6.990	22.854	6.748	22.612
Bancos (i)	375.593	126.984.191	444.727	74.052.841
Aplicações financeiras (i)	104.332.128	1.462.940.531	38.193.568	1.010.192.491
	104.714.711	1.589.947.576	38.645.043	1.084.267.944

A Companhia e suas controladas estruturaram as suas aplicações financeiras por meio da participação em CDBs e fundos de investimento que buscam alcançar seu objetivo por meio da aplicação de seus recursos preponderantemente em cotas de fundos de investimento e/ou fundos de investimento em cotas de fundos de investimento da classe referenciado. Tanto os CDBs como os fundos podem ter suas cotas resgatadas a qualquer tempo, com possibilidade de pronta conversão sem nenhum deságio em um montante conhecido de caixa, e oferecem uma remuneração média de 104,11% do CDI.

(i) O incremento nos saldos consolidados refere-se ao resultado líquido positivo entre (a) os recebimentos, influenciados pelo crescimento da RAP das entidades controladas por conta do impacto provocado pelo aumento da inflação, além do desembolso de Debêntures e algumas outras receitas e (b) os desembolsos financeiros realizados pela Companhia e suas controladas ao longo do exercício, principalmente referentes aos pagamentos de juros e amortização de empréstimos com BNDES, pagamento de Debêntures e pagamento de dividendos e juros sobre capital próprio. O aumento na controladora se deve ao resultado líquido positivo entre os recebimentos e pagamentos realizados pela SGBH. Entre os recebimentos mais relevantes evidenciamos os dividendos e Juros sobre capital próprio recebidos da controlada XRTE referente ao principal e juros das debêntures e recebimento referente ao principal e juros do empréstimo com Furnas e Eletronorte. Dentre os pagamentos, ressaltamos os dividendos pagos para SGIID e aporte de capital na controlada Silvania Transmissora de Energia (STE).

8. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

	31/12/2021	31/12/2020
Conta reserva		
LTMC	1.802.712	1.057.699
MRTE	6.237.059	699.069
PPTE	2.107.159	4.062.684
XRTE	139.102.092	126.866.480
CNTE	4.657.807	4.612.041
PRTE	21.422.005	20.875.439
SGBH	-	-
	175.328.834	258.190.069
Circulante	-	-
Não circulante	175.328.834	158.173.412

LTMC: Os saldos apresentados como não circulante são para atender as exigências referente às garantias reais do Instrumento Particular de Escritura da 2ª Emissão de Debêntures Simples das Linhas de Transmissão Montes Claros S.A. Durante todo o prazo do contrato, a Companhia deve manter em favor dos Debenturistas uma conta reserva, com recursos vinculados, no valor correspondente a três vezes o valor da última prestação mensal de amortização vencida do serviço da dívida e mais 50% da última prestação mensal de juros e demais acessórios decorrentes da dívida. MRTE: Saldos apresentados como não circulante para atender as exigências referente às garantias reais que suportam a Escritura da 2ª (Segunda) Emissão de Debêntures da MRTE. Durante todo o prazo do contrato, caso a MRTE possua a Cobertura da Dívida de, no mínimo, 1,2 (um inteiro e dois décimos), a mesma deve manter em favor dos debenturistas uma conta reserva, com recursos vinculados, contendo até 14 de dezembro de 2021 (exclusive), o valor equivalente a 100% dos Juros Remuneratórios devidos na data de pagamento imediatamente subsequente e a partir desta data o valor equivalente a 100% da amortização da parcela do Valor Nominal Atualizado devida na data de amortização imediatamente subsequente e mais 100% dos Juros Remuneratórios devidos na data de pagamento imediatamente subsequente. No caso do Índice de Cobertura da Dívida esteja abaixo de 1,2 (um inteiro e dois décimos), a Companhia deverá depositar na Conta de Complementação do ICSD o valor necessário para que o índice atinja o valor mínimo de 1,2. Em 31 de dezembro de 2021, o saldo da conta reserva atendia a referida obrigação de manter uma vez o valor do pagamento dos Juros Remuneratórios decorrentes da dívida, conforme previsto. PPTE: Os saldos apresentados como não circulante são para atender as exigências referentes às garantias reais do Instrumento Particular de Escritura da 1ª Emissão de Debêntures Simples, não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real, com Garantia Fidejussória Adicional, em Série Única, para Distribuição Pública, com Estorços Restritos de Distribuição, da Porto Primavera Transmissora de Energia S.A. Durante todo o prazo do contrato, a Companhia deve manter em favor dos Debenturistas uma Conta Vinculada das Debêntures. Esta conta deverá ser preenchida mensalmente pelo Banco Depositário com o valor correspondente a 1/6 (um sexto) do valor projetado para pagamento da próxima parcela vincenda de principal, acrescido dos juros remuneratórios das debêntures, conforme apuração feita pela Agente Fiduciária no primeiro dia útil do sexto mês anterior à cada data de pagamento. Todos os recursos depositados na Conta Vinculada das Debêntures serão utilizados, semestralmente, para amortização do Valor Nominal Unitário Atualizado das Debêntures e/ou para o pagamento dos Juros Remuneratórios. A partir do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, caso, em qualquer período de apuração, os Índices Financeiros (ICSD mínimo de 1,20 e a métrica "Dívida Financeira Líquida/EBITDA" inferior a 3,50) não estejam de acordo com os valores previstos na Escritura de Emissão, a Companhia deverá depositar o valor a ser indicado pelo Agente Fiduciário na Conta Vinculada das Debêntures para que tal valor seja adicionado à geração de caixa e os Índices atinjam os valores mínimos exigidos. XRTE: Saldos apresentados como não circulante para atender as exigências referentes às garantias reais do contrato de financiamento com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). Durante todo o prazo do contrato, caso a XRTE possua Índice de Cobertura da Dívida de, no mínimo, 1,3 (um inteiro e três décimos), a mesma deve manter em favor do BNDES uma conta reserva, com recursos vinculados, no valor correspondente a três vezes o valor da última prestação mensal de amortização vencida do serviço da dívida, incluindo pagamentos de principal, juros e demais acessórios decorrentes da dívida. Na hipótese de o Índice de Cobertura da dívida ser inferior a 1,3 (um inteiro e três décimos), a XRTE deve preencher a conta reserva com valor correspondente a seis vezes o valor da última prestação mensal de amortização vencida do serviço da dívida, incluindo pagamentos de principal, juros e demais acessórios decorrentes da dívida. Em 31 de dezembro de 2021, o saldo da conta reserva atendia a referida obrigação de manter três vezes o valor do pagamento de principal, juros e demais acessórios decorrentes da dívida, conforme previsto no contrato de financiamento com o BNDES. PPTE: Saldos apresentados como não circulante para atender as exigências referente às garantias reais do contrato de financiamento com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). Durante todo o prazo do contrato, caso a PPTE possua Índice de Cobertura da Dívida de, no mínimo, 1,2 (um inteiro e dois décimos), a mesma deve manter em favor do BNDES uma conta reserva, com recursos vinculados, no valor correspondente a três vezes o valor da última prestação mensal de amortização vencida do serviço da dívida, incluindo pagamentos de principal, juros e demais acessórios decorrentes da dívida. Na hipótese de o Índice de Cobertura da dívida ser inferior a 1,2 (um inteiro e dois décimos), a PPTE deve preencher a conta reserva com valor correspondente a três vezes o valor da última prestação mensal de amortização vencida do serviço da dívida, incluindo pagamentos de principal, juros e demais acessórios decorrentes da dívida. Em 31 de dezembro de 2021, o saldo da conta reserva atendia a referida obrigação de manter três vezes o valor do pagamento de principal, juros e demais acessórios decorrentes da dívida, conforme previsto no contrato de financiamento com o BNDES. SGBH: Saldos apresentados como circulante devido a um investimento em CDB no Banco BTG Pactual S.A. de 120 dias a uma taxa de 111,50% do CDI. Os recursos foram aplicados em 29/12/2020 e com vencimento em 28/04/2021. Este CDB foi resgatado na data de vencimento.

9. CONCESSIONÁRIAS E PERMISSIONÁRIAS

	31/12/2021	31/12/2020
A vencer	311.676.934	297.121.745
Vencidas até 30 dias	7.418.539	443.347
Vencidas até 60 dias	765.978	393.252
Vencidas até 90 dias	594.212	286.821
Vencidas há mais de 90 dias	14.932.871	17.822.253
Total (i)	335.388.534	316.067.418
Provisão para perda de crédito esperada (PCE) (ii)	(2.423.896)	(4.764.136)
	332.964.638	311.303.282

(i) Variação neste grupo ocorreu devido ao aumento na receita permitida das Controladas comparado ao exercício de 2020 conforme planilha do ONS (Operador Nacional do Sistema Elétrico) e de valores a receber incidentes da Tarifa de Uso do Sistema de Transmissão de Energia Elétrica (TUST). (ii) A redução refere-se substancialmente a valores recebidos referentes aos Contratos de Prestação de Serviços de Operação e Manutenção (CPSOM) das empresas Guaraciaba e Matrinchá em 2021 na controlada ITE. Em função do giro das contas a receber em curtíssimo prazo, a Administração não constituiu ajuste a valor presente para o referido saldo. A Companhia constituiu a provisão para perda de crédito esperada através de uma análise, sendo considerado o histórico de inadimplência, negociações em andamento e existência de garantias reais. A PCE é suficiente para cobrir eventuais perdas na realização desses ativos. Segue abaixo movimentação:

	31/12/2021	31/12/2020
Saldo em 1º de janeiro	(4.764.136)	(2.816.175)
Provisão	(223.430)	(3.398.834)
Reversão	2.563.670	1.450.873
Saldo em 31 de dezembro e 1º de janeiro	(2.423.896)	(4.764.136)

10. IMPOSTOS A RECUPERAR

Imposto de renda e contribuição social a recuperar

	31/12/2021		31/12/2020	
	Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado
IRPJ saldo negativo (i)	106.241.108	200.322.391	74.169.777	98.359.035
CSLL saldo negativo (i)	767.739	35.281.459	767.739	14.093.107
IRPJ antecipado	-	136.829	-	-
CSLL antecipado	-	49.258	-	-
IR a recuperar (ii)	1.544	1.409.580	9.811.364	26.700.004
CSLL a recuperar (iii)	-	657.482	-	5.521.346
	107.010.391	237.856.999	84.748.880	144.673.492

Outros impostos a recuperar

PIS	118.587	614.868	118.587	515.606
COFINS	87.311	2.366.873	87.311	1.866.079
CSLL retido	-	29.525	-	406.854
IR aplicações financeiras (iv)	-	12.273	-	5.639.631
INSS (v)	-	5.335.038	-	3.998.356
Outros (vi)	2.706	440.973	2.706	1.352.889
	208.604	8.799.550	208.604	13.779.415

(i) Na controladora a variação é referente ao saldo negativo de IRPJ do ano corrente. No consolidado, a variação refere-se substancialmente na mudança de base de cálculo referente IFRIC12 e IFRS15 gerando pagamentos a maior de antecipação e consequentemente saldos negativos nas empresas de lucro real. (ii) A variação na

controladora refere-se substancialmente no IR s/juros sobre capital próprio de 2020 compensado apenas em 2021, enquanto o IR s/Juros sobre capital próprio de 2021 foi compensado dentro da mesma competência. No consolidado é substancialmente a variação da controladora com a variação da PRTE devido à utilização de créditos fiscais durante o ano de 2021. (iii) Variação refere-se substancialmente a controlada PRTE devido à utilização de créditos fiscais em 2021. (iv) Variação refere-se substancialmente à compensação de impostos provisionados em 2020 através de PER/DCOMP. (v) Variação refere-se substancialmente em INSS retido de clientes devido ao aumento no faturamento de CPSOM comparado a dezembro/2020 nas controladas SMTE e IRTE. (vi) Variação refere-se substancialmente na compensação de IR retido de clientes de 2019 apenas em 2021 na controlada XRTE.

11. EMPRÉSTIMOS A RECEBER (CONTROLADORA E CONSOLIDADO)

a. Total do empréstimo a receber

Descrição	31/12/2021		31/12/2020	
	Início mto	Venci-mento	Garantidor	Encargos
Eletronorte (i)	dez/15 jan/27	Eletronortas	10% a.a.	369.537.850
Furnas (ii)	dez/15 jan/27	Eletronortas	10% a.a.	369.541.278
XRTE (iii)	jul/18 dez/21	N/A	108% CDI	-
				739.079.128
Circulante	91.481.313	91.481.313	1.109.282.829	88.179.202
Não circulante	647.597.815	647.597.815	709.652.698	709.652.698

b. Movimentação dos empréstimos a receber da controladora

Empresas	Saldo inicial Bruto 31/12/2020		Juros e encargos no período		Liquidação juro		Liquidação principal		Saldo final Bruto 31/12/2021	
	Eletronorte (i)	398.914.100	35.549.053	(36.718.669)	-	(28.206.634)	-	369.537.850		
Furnas (ii)	398.917.800	35.549.384	(36.719.010)	-	(28.206.896)	-	369.541.278			
XRTE (iii)	1.021.103.627	16.315.188	(130.587.047)	-	(906.831.768)	-	-			
	1.818.935.527	87.413.625	(204.024.726)	-	(963.245.298)	-	739.079.128			

Empresas	Saldo inicial Bruto 31/12/2019		Juros e encargos no período		Liquidação juro		Novas captações		Liquidação principal		Saldo final Bruto 31/12/2020	
	Eletronorte (i)	425.567.658	38.271.745	(19.336.014)	-	(45.589.289)	-	398.914.100				
Furnas (ii)	425.571.606	38.272.100	(19.336.194)	-	(45.589.712)	-	398.917.800					
XRTE (iii)	-	5.278.578	(5.278.578)	200.000.000	(200.000.000)	-	-					
XRTE (iii)	1.203.605.697	35.219.352	(24.553.190)	-	(193.168.232)	-	1.021.103.627					
	2.054.744.961	117.041.775	(68.503.976)	200.000.000	(484.347.233)	-	1.818.935.527					

c. Movimentação dos empréstimos a receber do consolidado

Empresas	Saldo inicial Bruto 31/12/2020		Juros e encargos no período		Liquidação juro		Novas captações		Liquidação principal		Saldo final Bruto 31/12/2021	
	Eletronorte (i)	398.914.100	35.549.053	(36.718.669)	-	(28.206.634)	-	369.537.850				
Furnas (ii)	398.917.800	35.549.384	(36.719.010)	-	(28.206.896)	-	369.541.278					
	797.831.900	71.098.437	(73.437.679)	-	(56.413.530)	-	739.079.128					

(i) Eletronorte: O Contrato tem por objeto a concessão de recursos para a Eletronorte no período de implantação/construção do empreendimento referente a controladas em conjunto Belo Monte. A Companhia efetuou empréstimos no valor de R\$ 158.872.000 (cento e cinquenta e oito milhões, oitocentos e setenta e dois mil reais) em 2016 e R\$ 135.828.000 (cento e trinta e cinco milhões, oitocentos e vinte e oito mil reais) em 2015. Os juros dos referidos empréstimos serão calculados *pro rata tempore*, aplicáveis sobre cada uma das parcelas liberadas. Os juros serão capitalizados *pro rata tempore*, durante o período de carência, calculados da data de cada liberação. O principal da dívida deverá ser pago em 20 prestações constantes, semestrais e sucessivas. Em 2020 foi recebido de principal o valor de R\$ 45.589.712 (quarenta e cinco milhões, quinhentos e oitenta e nove mil e duzentos e oitenta e nove reais) e juros o valor de R\$ 19.336.014 (dezenove milhões, trezentos e trinta e seis mil e quatorze reais). Em 2021 foi recebido de principal o valor de R\$ 28.206.634 (vinte e oito milhões, duzentos e seis mil e seiscentos e trinta e quatro reais) e juros o valor de R\$ 36.718.669 (trinta e seis milhões, setecentos e dezoito mil, seiscentos e sessenta e nove reais). (ii) Furnas: O Contrato tem por objeto a concessão de recursos para a Furnas no período de implantação/construção do empreendimento referente a controladas em conjunto Belo Monte. A Companhia efetuou empréstimos no valor de R\$ 158.872.000 (cento e cinquenta e oito milhões, oitocentos e setenta e dois mil reais) em 2016 e R\$ 135.828.000 (cento e trinta e cinco milhões, oitocentos e vinte e oito mil reais) em 2015. Os juros dos referidos empréstimos serão calculados *pro rata tempore*, aplicáveis sobre cada uma das parcelas liberadas. Os juros serão capitalizados *pro rata tempore*, durante o período de carência, calculados da data de cada liberação. O principal da dívida deverá ser pago em 20 prestações constantes, semestrais e sucessivas. Em 2020 foi recebido de principal o valor de R\$ 45.589.712 (quarenta e cinco milhões, quinhentos e oitenta e nove mil e setecentos e doze reais) e juros no valor de R\$ 19.336.194 (dezenove milhões, trezentos e trinta e seis mil e cento e noventa e quatro reais). Em 2021 foi recebido de principal o valor de R\$ 28.206.896 (vinte e oito milhões, duzentos e seis mil e oitocentos e noventa e seis reais) e juros o valor de R\$ 36.719.010 (trinta e seis milhões, setecentos e dezoito mil e dez reais). (iii) XRTE: Em 13 de julho de 2018, em assembleia geral extraordinária, a controlada Xingu Rio Transmissora de Energia S.A. ("XRTE") deliberou as condições de sua terceira emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirográfrica, em série única e com colocação privada, sendo a State Grid Brazil Holding S.A. ("SGBH") a destinatária das debêntures (debenturista). Tendo como principais características: prazo de vigência contado a partir da data de emissão até 30 de abril de 2020; taxa de juros igual a 108% do CDI e remuneração a ser paga integralmente na data do vencimento, por ocasião do resgate antecipado por ocorrência do vencimento antecipado ou por outros motivos previstos na Escritura de Emissão. Foram emitidas 440.000 (quatrocentas e quarenta mil) debêntures, no valor de R\$ 440.000.000 (quatrocentos e quarenta milhões de reais), com valor nominal unitário de R\$ 1.000 (mil reais). Sua subscrição e integralização ocorreu no dia 16 de julho de 2018. Em 31 de julho de 2018, foram liberadas as condições de sua quarta emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirográfrica, em 3 (três) séries e com colocação privada, sendo a State Grid Brazil Holding S.A. ("SGBH") a destinatária das debêntures (debenturista). Tendo como principais características: prazo de vigência contado a partir da data de emissão até 30 de abril de 2020; taxa de juros igual a 108% do CDI e remuneração a ser paga integralmente na data do vencimento, por ocasião do resgate antecipado por ocorrência do vencimento antecipado ou por outros motivos previstos na Escritura de Emissão. Foram emitidas 790.000 (setecentas e noventa mil) debêntures, no valor de R\$ 790.000.000 (setecentos e noventa milhões de reais); com valor nominal unitário de R\$ 1.000 (mil reais). Sua subscrição e integralização ocorreu em 2 de agosto de 2018 no valor de R\$ 360.000.000 (trezentos e sessenta milhões de reais), 27 de agosto de 2018 no valor de R\$ 300.000.000 (trezentos milhões de reais) e 3 de setembro de 2018 no valor de 130.000.000 (cento e trinta milhões de reais). As destinações dos recursos tiveram como finalidade investimentos, contratação de serviços e liquidação/amortização de dívidas relacionadas à implantação das instalações de transmissão descritas no Contrato de Concessão nº 07/2015 - Aneel. Essas operações foram aprovadas pela Aneel através do Despacho nº 1465, datado de 3 de julho de 2018. Em janeiro de 2019, a XRTE pagou parcialmente seu empréstimo, amortizando R\$ 130 milhões da dívida total. Em 20 de dezembro de 2019, foram deliberadas as condições de sua sexta emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirográfrica, em série única e com colocação privada, sendo a State Grid Brazil Holding S.A. ("SGBH") a Companhia destinatária das debêntures (debenturista). As principais características são: prazo de vigência contado a partir da data de emissão até 26 de dezembro de 2020; taxa de juros igual a 108% do CDI e remuneração a ser paga integralmente na data do vencimento, por ocasião do resgate antecipado por ocorrência do vencimento antecipado ou por outros motivos previstos na Escritura de Emissão. Foram emitidas 200.000 (duzentas mil) debêntures, no valor de R\$ 200.000.000 (duzentos milhões de reais); com valor nominal unitário de R\$ 1.000 (mil reais). Sua subscrição e integralização ocorreu no dia 03 de janeiro de 2020. Em 30 de abril de 2020, foi realizada a assembleia geral extraordinária, tendo deliberado a alteração de termo e condição das debêntures objeto das 3ª e 4ª emissões de debênture simples, não conversíveis em ações, da espécie quirográfrica, em série única, entre a XRTE, na qualidade de emissora das debêntures e a SGBH, na qualidade de debenturista. Os acionistas resolveram, por unanimidade de votos e sem quaisquer restrições, inclusive tendo aval do debenturista, a alteração da data de vencimento, de modo que as debêntures passarão a ter prazo de vencimento final em 31 de dezembro de 2021. Em 14 de outubro de 2020, o BNDES aprovou a utilização de recursos da Receita Anual Permitida ("RAP") extraordinária, provenientes da antecipação da operação comercial do projeto, para quitação de empréstimo de curto prazo obtido com o acionista State Grid Brazil Holding S.A. até o valor de R\$423.000.000 (quatrocentos e vinte e três milhões de reais). Em 5 de novembro de 2020, a XRTE pagou parcialmente a terceira emissão de debênture simples, amortizando R\$ 193.168.232 (cento e noventa e três milhões, cento e sessenta e oito mil e duzentos e trinta e dois reais) da dívida total e quitou integralmente as debentures emitidas em 2020 no valor de R\$ 200.000.000 (duzentos milhões de reais) e juros no valor de R\$ 29.831.767,74 (vinte e nove milhões, oitocentos e trinta e um mil, setecentos e sessenta e sete reais e setenta e quatro centavos), conforme aprovado pelo BNDES. No dia 15 de julho de 2021, a Companhia quitou integralmente o empréstimo das Debêntures com a SGBH no valor de R\$ 906.831.768 (novecentos e seis milhões, oitocentos e trinta e um mil, setecentos e sessenta e oito reais) de principal e R\$ 130.587.047 (cento e trinta milhões, quinhentos e oitenta e sete mil e quarenta e sete reais) de juros.

12. ATIVO DE CONTRATO

	31/12/2021	31/12/2020
Circulante	2.677.237.016	2.569.746.401
Não circulante	19.314.463.651	19.053.686.181
	21.991.700.667	21.623.432.582

A movimentação dos saldos referentes aos ativos contratuais da Companhia em 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2021 está assim apresentada:

	Saldo em 31 de dezembro de 2019	31 de dezembro de 2020	31 de dezembro de 2021
Saldo em 31 de dezembro de 2019			21.353.934.279
Receita de construção (i)	-	35.591.160	-
Receita de O&M	-	532.266.144	-
Receita de remuneração	-	2.737.300.123	-
Recebimentos	-	(3.039.919.690)	-
Imobilizado em curso	-	4.260.566	-
Saldo em 31 de dezembro de 20			



STATE GRID
BRAZIL HOLDING S.A.
国家电网巴西控股公司

STATE GRID BRAZIL HOLDING S.A.
CNPJ/MF nº 11.938.558/0001-39



★ continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em Reais)

O Contrato de Concessão de Serviços Públicos de Transmissão de Energia Elétrica, celebrado entre a União (Poder Concedente - Outorgante) e as controladas da Companhia (Operadoras), regulamenta a exploração dos serviços públicos de transmissão de energia elétrica pelas Companhias, em que: • O contrato estabelece quais os serviços que o operador deve prestar. • O contrato estabelece padrões de desempenho para prestação de serviço público, com relação à manutenção e disponibilidade da rede. • Ao final da concessão, os ativos vinculados à infraestrutura devem ser revertidos ao Poder Concedente mediante pagamento de uma indenização. • O preço é regulado através de mecanismo de tarifa estabelecido nos contratos pela RAP, parcela garantida pelo Poder Concedente para remunerar o operador. • A infraestrutura construída da atividade de transmissão é recuperada através de dois fluxos de caixa, a saber: (a) parte através de valores a receber garantidos pelo poder concedente relativa à remuneração anual permitida (RAP) durante o prazo da concessão. Os valores da RAP garantida são determinados pelo Operador Nacional do Setor Elétrico (ONS), conforme contrato, e recebidos dos participantes do setor elétrico por ela designados pelo uso da rede de transmissão disponibilizada; e (b) parte como indenização dos bens reversíveis no final do prazo da concessão, esta a ser recebida diretamente do Poder Concedente ou para quem ele delegar essa tarefa. Essa indenização será efetuada com base nas parcelas dos investimentos vinculados a bens reversíveis, com recebimento previsto para um período de 30 anos cujos critérios de pagamento ainda serão definidos pelo Poder Concedente. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021, não foram identificados indicadores internos ou externos que pudessem gerar dúvidas que o ativo de contrato possa estar registrado por valor acima ao de sua recuperação.

13. INVESTIMENTOS (CONTROLADORA E CONSOLIDADO)

13.1 Informações financeiras sobre as investidas

					31/12/2021
	Ativo	Passivo	Patrimônio Líquido	Receita líquida	Resultado do exercício
Controladas					
ETEE	551.692.404	137.639.600	414.052.804	159.842.226	103.299.329
ETIM	237.407.632	21.977.934	215.429.698	65.499.933	59.376.611
ITE	876.090.900	261.214.674	614.876.226	189.717.620	112.017.245
RPTE	277.046.042	21.134.248	255.911.795	23.223.515	5.922.281
PCTE	252.564.559	19.394.815	233.169.744	23.942.395	836.079
SMTE	690.219.463	183.278.735	506.940.727	103.594.552	57.818.922
SPTE	318.364.735	25.669.043	292.695.693	36.385.657	19.801.510
PPTE	547.843.425	255.499.982	292.343.443	112.063.948	46.714.801
Itatim	544.514.202	61.418.501	483.095.701	67.607.334	42.117.378
Iracema	305.448.634	27.608.687	277.839.947	36.857.013	13.212.579
Catxerê	628.330.883	54.225.066	574.105.816	68.033.889	45.065.612
Araraquara	264.713.341	22.332.000	242.381.341	24.921.107	44.886.251
MRTE	180.476.980	30.429.005	150.047.974	21.879.883	12.160.278
XRTE	13.340.211.414	8.967.116.497	4.373.094.917	1.615.049.711	387.963.577
ACTE	122.969.505	7.830.570	115.138.933	17.025.466	11.939.650
LTMTC	429.109.443	111.649.068	317.460.375	51.582.655	22.719.929
CNTE	683.926.823	303.244.785	380.682.038	87.148.854	55.266.543
PRTE	4.200.290.508	1.657.657.613	2.542.632.895	506.356.091	384.581.755
SGSE	2.555.713	502.456	2.053.257	-	309.686
STE	39.437.242	2.774.628	36.662.614	5.647.647	366.092
Controladas em conjunto					
Luziânia	103.405.739	25.201.351	78.204.388	18.019.111	12.270.812
Matrinchã	3.024.647.759	1.096.332.791	1.928.314.968	241.811.076	94.996.227
Guaraciaba	1.491.240.556	607.884.946	883.355.610	129.040.440	51.132.555
Paranaíba	1.746.162.286	976.055.226	770.107.060	198.048.025	85.462.539
Belo Monte	8.511.900.997	4.644.726.243	3.867.174.754	896.974.497	326.221.076

					31/12/2020
	Ativo	Passivo	Patrimônio Líquido	Receita líquida	Resultado do exercício
Controladas					
ETEE	638.787.384	260.088.460	378.698.924	116.251.269	66.800.210
ETIM	232.788.827	28.376.315	204.412.512	44.474.017	53.825.591
ITE	1.003.359.390	400.420.872	602.938.518	153.173.047	63.258.140
RPTE	293.484.782	164.496.365	128.988.417	22.078.887	(29.946.014)
PCTE	272.424.512	253.418.856	19.005.656	22.573.109	(54.035.954)
SMTE	677.464.527	474.201.545	203.262.982	102.906.996	(31.815.581)
SPTE	337.505.036	125.619.194	211.885.842	39.106.061	(6.610.542)
PPTE	548.067.348	254.204.851	293.862.497	94.270.890	40.776.160
Itatim	553.301.254	62.253.984	491.047.270	65.445.500	32.922.377
Iracema	286.116.925	21.489.557	264.627.368	29.276.539	8.479.980
Catxerê	620.078.448	54.814.127	565.264.321	66.666.429	52.260.188
Araraquara	260.109.485	53.965.438	206.144.047	22.571.497	8.831.943
MRTE	171.159.574	30.268.925	140.890.649	19.995.552	11.849.429
XRTE	12.555.230.203	8.461.878.386	4.093.351.817	1.507.651.496	623.093.834
ACTE	111.751.281	8.468.598	103.282.683	13.283.144	8.454.191
LTMTC	425.176.541	106.343.284	318.833.257	44.454.931	19.785.372
CNTE	642.883.714	304.813.976	338.069.738	82.175.410	44.791.729
PRTE	3.951.612.814	1.698.699.962	2.252.912.852	469.040.087	286.594.599
SGSE	2.100.522	354.011	1.746.511	2.528.415	1.069.535
Controladas em conjunto					
Luziânia	105.331.923	28.483.796	76.848.127	16.846.166	12.791.571
Matrinchã	2.926.392.302	1.045.328.113	1.881.064.189	398.209.438	112.259.816
Guaraciaba	1.447.464.809	589.543.838	857.920.971	114.570.979	43.609.760
Paranaíba	1.687.114.541	982.319.124	704.795.417	205.400.578	105.503.594
Belo Monte	8.161.715.931	4.547.753.235	3.613.962.696	833.618.934	294.278.017

13.2 Movimentação dos investimentos

	Movimentação				
	Saldo em 31/12/2020	Equivalência patrimonial	Aportes de capital	Dividendos e JCP	Reserva Sudam
Controladas	11.197.057.378	1.426.376.108	692.684.384	(617.670.418)	-
ETEE	634.753.577	103.299.329	-	(67.945.450)	-
ETIM	282.744.984	59.376.611	-	(48.359.425)	-
ITE	602.938.518	112.017.245	-	(100.079.537)	-
RPTE	128.988.417	5.922.281	121.001.097	-	-
PCTE	19.005.656	836.079	-	-	-
SMTE	203.262.982	57.818.922	245.858.823	-	-
SPTE	211.885.842	19.801.510	76.196.455	(15.188.114)	-
PPTE	337.306.887	46.714.801	-	(48.233.855)	-
Itatim	491.047.270	42.117.378	-	(50.068.947)	-
Iracema	264.627.368	13.212.579	-	-	-
Catxerê	565.264.321	45.065.612	(36.224.117)	-	-
Araraquara	206.144.047	44.886.251	(8.648.957)	-	-
MRTE	140.890.649	12.160.278	-	(3.002.953)	-
XRTE	4.093.351.818	387.963.577	-	(108.220.478)	-
ACTE	103.282.683	11.939.650	-	(83.400)	-
LTMTC	318.833.257	22.719.929	-	(24.092.811)	-
CNTE	338.069.738	55.266.543	-	(12.654.243)	-
PRTE	2.252.912.852	384.581.755	-	(94.861.712)	-
SGSE	1.746.512	309.686	-	(2.941)	-
STE	-	366.092	36.300.000	(3.478)	-
Controladas em conjunto	3.623.594.634	290.742.437	-	(73.131.218)	(2.355.104)
Luziânia	39.193.107	6.258.114	-	(5.566.191)	-
Matrinchã	951.207.700	48.448.076	-	(11.506.418)	(4.708.725)
Guaraciaba	430.627.188	26.077.603	-	(6.193.431)	-
Paranaíba	359.445.664	43.585.895	-	(10.351.650)	74.693
Belo Monte	1.843.120.975	166.372.749	-	(39.513.528)	2.278.928
	14.820.652.012	1.717.118.545	692.684.384	(690.801.636)	(2.355.104)

	Movimentação				
	Saldo em 31/12/2019	Equivalência patrimonial	Aportes de capital	Dividendos e JCP	Reserva Sudam
Controladas	10.385.595.646	1.200.385.187	(900)	(479.356.236)	90.433.681
ETEE	602.758.016	66.800.210	-	(34.804.649)	-
ETIM	245.925.732	53.825.591	-	(17.006.339)	-
ITE	558.469.511	63.258.140	-	(18.789.133)	-
RPTE	158.934.431	(29.946.014)	-	-	-
PCTE	73.042.510	(54.035.954)	(900)	-	-
SMTE	235.078.563	(31.815.581)	-	-	-
SPTE	233.496.384	(6.610.542)	-	(15.000.000)	-
PPTE	335.303.089	40.776.160	-	(38.772.262)	-
Itatim	498.250.817	32.922.377	-	(40.125.924)	-
Iracema	256.147.388	8.479.980	-	-	-
Catxerê	548.204.586	52.260.188	-	(35.200.453)	-
Araraquara	201.249.801	8.831.943	-	(3.937.697)	-
MRTE	129.249.843	11.849.429	-	(208.623)	-
XRTE	3.658.590.348	623.093.834	-	(225.979.943)	37.647.579
ACTE	94.828.492	8.454.191	-	-	-
LTMTC	299.235.846	19.785.372	-	(187.961)	-
CNTE	288.253.002	44.791.729	-	(8.620.423)	13.645.430
PRTE	1.967.893.160	286.594.599	-	(40.715.579)	39.140.672
SGSE	684.127	1.069.535	-	(7.150)	-
Controladas em conjunto	3.401.769.514	290.717.695	-	(72.615.483)	3.722.908
Luziânia	37.788.785	6.253.107	-	(5.119.389)	-
Matrinchã	906.659.938	52.247.918	-	(12.408.881)	4.708.725
Guaraciaba	409.233.379	28.057.454	-	(6.663.645)	-
Paranaíba	318.417.984	53.806.833	-	(12.779.153)	-
Belo Monte	1.729.669.428	150.081.789	-	(35.644.225)	(985.817)
	13.787.365.160	1.491.102.882	(900)	(551.971.719)	94.156.589

13.3 Ágio sobre aquisição de investimentos: Na aquisição das controladas ETIM, ETEE e PPTE, os ativos e passivos das controladas foram considerados como avaliados a valor de mercado, conforme determina o CPC 15 (R1) - IFRS 03 (IASB) em processos de combinação de negócios (*business combinations*). Desta forma, a diferença entre o preço pago pela aquisição da investida e o patrimônio líquido da investida avaliado a valor justo na data do balanço foi inteiramente alocada como investimento para fins das demonstrações financeiras da controladora. Para fins de demonstrações financeiras consolidadas, o valor do ágio foi reclassificado para o ativo intangível. Adicionalmente, conforme determinação do CPC01, o ágio alocado foi testado via análise de recuperabilidade frente à exigência de que o teste seja realizado anualmente.

	Movimentação do Goodwill		
	Saldo em 31/12/2020	Teste de impairment	Saldo em 31/12/2021
Controladas			
ETEE	256.054.653	-	256.054.653
ETIM	78.332.472	-	78.332.472
PPTE	43.444.390	-	43.444.390
	377.831.515	-	377.831.515

14. PROPRIEDADE PARA INVESTIMENTO (CONTROLADORA E CONSOLIDADO)

	31/12/2020				31/12/2021			
	Custo	Adições/(baixas)	Depreciação		Custo	Adições/(baixas)	Depreciação	
Custo	95.888.806	-	-	-	95.888.806	-	-	-
(-) Depreciação	(16.328.936)	-	(1.980.098)	-	(18.309.034)	-	-	-
	79.559.870	-	(1.980.098)	-	77.579.772	-	-	-
Custo	100.043.609	(4.154.803)	-	-	95.888.806	-	-	-
(-) Depreciação	(15.080.153)	1.439.789	(2.688.572)	-	(16.328.936)			



STATE GRID
BRAZIL HOLDING S.A.
国家电网巴西控股公司

STATE GRID BRAZIL HOLDING S.A.

CNPJ/MF nº 11.938.558/0001-39



★ continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em Reais)

(i) Debêntures. **ETEE:** Em 08 de fevereiro de 2018, foi assinada a Escritura Particular da Primeira Emissão de Debêntures Simples, não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirográfrica, com Garantia Fidejussória Adicional, em Série Única, para Distribuição Pública com Esforços Restritos, da Expansion Transmissão de Energia Elétrica S.A. e desembolsado em 14 de março de 2018 o valor de R\$ 135.000.000,00 (cento e trinta e cinco milhões de reais), sendo a amortização bullet, em 08 de fevereiro de 2021. A partir da data de emissão, incidirá sobre o valor nominal unitário a taxa de juros equivalente a 105% do CDI. Conforme Escritura, o pagamento dos juros foi realizado semestralmente, a partir de 08 de agosto de 2018 até o vencimento, em 08 de fevereiro de 2021. Na devida data de vencimento ocorreu a liquidação total desse empréstimo no valor de R\$135.000.000 (cento e trinta e cinco milhões de reais) de principal e R\$ 1.329.869 (um milhão, trezentos e vinte e nove mil, oitocentos e sessenta e nove reais) de juros. **LTMC:** Em 09 de agosto de 2012 foi assinado o Instrumento Particular de Escritura da 2ª Emissão de Debêntures Simples, não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirográfrica com Garantia Adicional a ser Convoluta em Espécie com Garantia Real, em Série Única, para Oferta Pública de Distribuição, com Esforços Restritos de Colocação, da Linhas de Transmissão Montes Claros S.A., com desembolso em 15 de agosto do mesmo ano no valor de R\$ 25.000.000 (vinte e cinco milhões de reais), sendo a primeira amortização em 15 de julho de 2020 com o término em 15 de abril de 2029. A partir da data de emissão incidirá sobre o valor nominal unitário a taxa de juros equivalentes a IPCA + 8,75% a.a. Em 2021 houve pagamento de principal no valor de R\$ 497.553 (quatrocentos e noventa e sete mil, quinhentos e cinquenta e três reais) e juros no valor de R\$ 6.194.872 (seis milhões, cento e noventa e quatro mil, oitocentos e setenta e dois reais). **PPTE:** Em 11 de fevereiro de 2019 foi assinado o Instrumento Particular de Escritura da 1ª Emissão de Debêntures Simples, não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real, com Garantia Fidejussória Adicional, em Série Única, para Distribuição Pública, com Esforços Restritos de Distribuição, da Porto Primavera Transmissora de Energia S.A., com desembolsos em 01 e 08 de março do mesmo ano totalizando o valor de R\$ 112.310.000 (cento e doze milhões trezentos e dez mil reais), sendo a primeira amortização em 15 de fevereiro de 2021 com o término em 15 de fevereiro de 2029. A partir da data de emissão incidirá sobre o valor nominal unitário a taxa de juros equivalentes a IPCA + 4,45% a.a. **MRTTE:** Em 15 de dezembro de 2016 foi assinado o Instrumento Particular da 2ª Emissão de Debêntures Simples, não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real, com Garantia Fidejussória Adicional, em Série Única, para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Distribuição e desembolso em 29 de dezembro do mesmo ano no valor de R\$ 15.000.000 (quinze milhões de reais), sendo a primeira amortização em 30 de dezembro 2021 com o término em 30 de junho de 2026. A partir da data de emissão incidirá sobre o valor nominal unitário a taxa de juros equivalentes a IPCA + 8,00% a.a. Em 2021 houve o pagamento de principal de R\$ 1.339.826 (um milhão, trezentos e trinta e nove mil, oitocentos e vinte e seis reais) e de juros no valor de R\$ 1.454.889 (um milhão, quatrocentos e cinquenta e quatro mil, oitocentos e oitenta e nove reais). **XRTE:** Em 25 de junho de 2021 foi celebrado o Instrumento Particular de Escritura da 7ª Emissão de Debêntures Simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, com garantia fidejussória adicional, em série única, para distribuição pública, com esforços restritos, com desembolso em 02 de julho do mesmo ano no valor de R\$ 1.100.000,00 (um milhão e cem mil reais), sendo a primeira amortização em 15 de dezembro de 2021 com o término em 15 de dezembro de 2034. A partir da data de emissão incidirá sobre o valor nominal unitário a taxa de juros equivalentes a IPCA + 4,8304% a.a. (ii) BNDES: **XRTE:** Em 01 de novembro de 2018, em Assembleia Geral Extraordinária, foram deliberadas (i) as condições do Contrato de Financiamento de longo prazo firmado entre a XRTE e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social ("BNDES"), assim como (ii) a celebração do Contrato de Cessão Fiduciária e (iii) celebração do Contrato de Penhor de Ações, como interveniente. As aprovações indicadas referem-se à abertura de crédito direto em favor da XRTE no valor de até R\$ 5.213.550.000 (cinco bilhões, duzentos e treze milhões, quinhentos e cinquenta mil reais), indexado à TLP (IPCA + 3,10%) + 2,52% para os subcréditos A e B e TLP (IPCA + 3,10%) + 2,12 para o subcrédito C. Em 21 de dezembro de 2018 a Companhia recebeu o primeiro desembolso do contrato de financiamento no valor de R\$ 3.606.505.000 (três bilhões, seiscentos e seis milhões, quinhentos e cinco mil reais) junto ao BNDES e em 27 de dezembro de 2018 foram quitadas a primeira, segunda e quinta emissões de debêntures, com o pagamento do principal e juros. Em 29 de janeiro de 2019 a Companhia recebeu o segundo desembolso do contrato de financiamento no valor de R\$ 817.237.447 (oitocentos e dezesseite milhões duzentos e trinta e sete mil e quatrocentos e quarenta e sete reais) junto ao BNDES. Os subcréditos A e B serão pagos em 268 (duzentos e sessenta e oito) parcelas mensais e sucessivas. A primeira parcela venceu em 15 de junho de 2020 e a última vencerá em 15 de outubro de 2042. Em 19 de junho de 2020 a Companhia recebeu o primeiro desembolso relativo ao subcrédito "C" no valor de R\$ 1.107.735 (um milhão, cento e sete mil, setecentos e trinta e cinco reais) junto ao BNDES. O subcrédito "C" será pago em 199 (cento e noventa e nove) parcelas mensais e sucessivas. A primeira parcela vencendo em 15 de abril de 2022 e a última vencerá em 15 de outubro de 2038. **CNTE:** Em 18 de outubro de 2018, foi firmado um contrato de financiamento junto ao BNDES no montante de R\$ 180.983.105 (cento e oitenta milhões novecentos e oitenta e três mil cento e cinco reais) destinado à aquisição de máquinas e equipamentos, compra de materiais e serviços para a construção de da linha de transmissão. Até 31 de dezembro de 2021 havia de principal um montante de R\$ 117.485.148 (cento e dezessete milhões, quatrocentos e oitenta e cinco mil, cento e quarenta e oito reais) sobre os quais incidiram 1,93% (um vírgula noventa e três por cento) ao ano a título de remuneração, acima da taxa de juros de longo prazo (TJLP). Esse financiamento será pago em 168 (cento e sessenta e oito) parcelas mensais e sucessivas. A primeira parcela vencendo em 15 de fevereiro de 2019 e a última vencerá em 15 de janeiro de 2033. **PRTE:** Em 16 de outubro de 2018, foi firmado um contrato de financiamento junto ao BNDES. Nesse contrato foi liberado um limite no montante de R\$ 922.672.768 (novecentos e vinte e dois milhões seiscentos e setenta e dois mil setecentos e sessenta e oito reais) destinado à aquisição de máquinas e equipamentos, compra de materiais e serviços para a construção da linha de transmissão. Até 31 de dezembro de 2021 havia de principal um montante de R\$ 545.662.158 (quinhentos e quarenta e cinco milhões, seiscentos e sessenta e dois mil, cento e cinquenta e oito reais) sobre os quais incidiram sobre os quais incidiram juros de 2,33% (dois vírgula trinta e três por cento) ao ano a título de remuneração, acima da taxa de juros de longo prazo (TJLP). Esse financiamento será pago em 168 (cento e sessenta e oito) parcelas mensais e sucessivas. A primeira parcela vencendo em 15 de fevereiro de 2020 e a última vencerá em 15 de janeiro de 2034.

b. Total da dívida com partes relacionadas (controladora e consolidado)

Empresa	Descrição	Moeda do contrato (iii)	Vencimento	Garantias	Covenants	Encargos a.a.	31/12/2021		31/12/2020	
							31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
SGBH	Subcrédito D SGID -	US\$	nov/14	dez/23	N/A	N/A	Libor + 2 %	2.180.496.307	2.030.653.344	
SGBH	Subcrédito E SGID -	US\$	dez/14	dez/23	N/A	N/A	Libor + 2,706 %	632.449.033	588.990.222	
SGBH	Subcrédito F SGID -	US\$	jun/15	dez/23	N/A	N/A	Libor + 2,706 %	376.052.902	350.212.382	
SGBH	Subcrédito G SGID -	US\$	dez/15	dez/23	N/A	N/A	Libor + 2,706 %	223.221.025	207.882.366	
SGBH	Subcrédito H SGID -	US\$	jun/16	dez/23	N/A	N/A	Libor + 2,706 %	129.584.793	120.680.358	
SGBH	Subcrédito I SGID -	US\$	set/16	dez/23	N/A	N/A	Libor + 2,706 %	55.484.222	51.671.617	
SGBH	Subcrédito J SGID -	US\$	dez/16	dez/23	N/A	N/A	Libor + 2,706 %	167.736.804	156.210.749	
SGBH	Subcrédito K SGID -	US\$	jun/17	dez/23	N/A	N/A	Libor + 2,706 %	225.796.129	210.280.521	
SGBH	Subcrédito L SGID -	US\$	dez/17	dez/23	N/A	N/A	Libor + 2,706 %	163.388.515	152.161.254	
SGBH	Subcrédito M SGID -	US\$	jul/18	dez/23	N/A	N/A	Libor + 2,706 %	163.388.515	152.161.254	
SGBH	Subcrédito N SGID -	US\$	set/18	dez/23	N/A	N/A	Libor + 2,706 %	16.185.553	15.073.361	
SGBH	Subcrédito O SGID -	US\$	dez/18	dez/23	N/A	N/A	Libor + 2,706 %	139.378.644	129.801.224	
SGBH	Subcrédito P SGID -	US\$	jun/19	dez/23	N/A	N/A	Libor + 2,706 %	139.326.209	129.752.395	
SGBH	Subcrédito Q SGID -	US\$	dez/19	dez/23	N/A	N/A	Libor + 2,706 %	144.610.260	134.673.352	
SGBH	Subcrédito R SGID -	US\$	aug/20	dez/23	N/A	N/A	Libor + 2,706 %	68.501.515	63.794.425	
SGBH	Subcrédito S SGID -	US\$	jul/21	dez/23	N/A	N/A	Libor + 2,706 %	237.580.878	-	
SGBH	Subcrédito T SGID -	US\$	set/21	dez/23	N/A	N/A	Libor + 2,706 %	682.602.267	-	
Controladora								5.745.783.571	4.493.998.824	

Empresa	Descrição	Moeda do contrato (iii)	Vencimento	Garantias	Covenants	Encargos a.a.	31/12/2021		31/12/2020	
							31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
SMTE	SGID	US\$	nov/14	set/23	N/A	N/A	Libor + 2,85%	-	281.318.664	
SPTE	SGID	US\$	nov/14	set/24	N/A	N/A	Libor + 2,85%	-	95.369.586	
ITE	SGID	US\$	dez/14	jun/21	N/A	N/A	Libor + 2,65%	-	117.685.432	
PCTE	SGID	US\$	nov/14	dez/28	N/A	N/A	Libor + 2,85%	-	225.800.695	
RPTE	SGID	US\$	nov/14	jun/27	N/A	N/A	Libor + 2,85%	-	136.850.948	
Consolidado								5.745.783.571	5.351.024.149	
Circulante - partes relacionadas (Controladora)								6.001.886	5.256.399	
Não circulante - partes relacionadas (Controladora)								5.739.781.685	4.488.742.425	
Circulante - partes relacionadas (Consolidado)								6.001.886	290.824.794	
Não circulante - partes relacionadas (Consolidado)								5.739.781.685	5.060.199.355	

Com relação aos empréstimos com a SGID, as cláusulas contratuais dizem que as Companhias têm o direito de decidir se pagarão ou não os empréstimos nas datas de vencimento, dependendo da situação financeira e operacional da Companhia. Os saldos dos empréstimos são alocados entre Curto e Longo Prazo mediante a previsão de que não haverá pagamento de principal nos próximos 12 meses e desta forma nas datas de vencimentos os valores devidos são sempre renovados por um período de dois anos. Em 2020 e 2021 dada a relevante desvalorização do Real em relação ao Dólar norte-americano, os empréstimos intercompany entre SGID e as SPEs (ITE, SMTE, SPTE, RPTE e PCTE) vêm deteriorando as demonstrações financeiras locais dessas empresas e também exigindo reescalonamento regular da dívida com a SGID para manter uma condição mínima de fluxo de caixa das SPEs. Por estes motivos foi feito uma análise e se chegou a conclusão de que seria melhor para as empresas a implementação da Assunção destas dívidas em dólar para concentrar os empréstimos da SGID apenas na SGBH e com posterior capitalização das SPEs. A Assunção da Dívida traria benefícios claros para as empresas tais como: melhoria nos resultados das empresas, melhorias no índice de endividamento, possibilidade de pagamento de maiores dividendos e alavancagem futura através de uma dívida local para melhorar a estrutura de capital das SPEs. No dia 15 de julho de 2021, a controlada ITE quitou integralmente o empréstimo com a SGID no valor de R\$ 111.982.377 (cento e onze milhões e novecentos e oitenta e dois mil e trinta e sete reais) de principal e R\$ 1.870.026 (um milhão, oitocentos e setenta e sete mil e vinte e seis reais) de juros. No dia 30 de setembro de 2021, a Companhia celebrou um contrato de assunção da dívida com a SGID onde a SGBH realiza no mesmo valor de quitação do empréstimo, um aumento de capital com emissão de novas ações nas controladas SMTE, SPTE, RPTE e PCTE nos termos previstos no Contrato de Assunção da Dívida, onde a SGBH como Controladora passa a ser a credora da dívida com a SGID. O valor total desta transação foi de R\$ 656.384.385 (seiscentos e cinquenta e seis milhões, trezentos e oitenta e quatro mil e trezentos e oitenta e cinco reais) de principal através de um aumento do capital social no mesmo valor, conforme demonstrado abaixo:

	Assunção da dívida	Aumento de capital
SMTE	(245.858.824)	245.858.824
SPTE	(76.196.455)	76.196.455
RPTE	(121.001.097)	121.001.097
PCTE	(213.328.009)	213.328.009
	<u>(656.384.385)</u>	<u>656.384.385</u>

c. Movimentação dos empréstimos (controladora e consolidado)

Financiador	Saldo inicial		variação monetária e cambial	Liquidação juro	Novas captações	Assunção da dívida de controladas	Liquidação principal	Custo de transação a amortizar	Saldo final Bruto
	31/12/2020	31/12/2021							
SGID - Subcrédito D	2.030.653.344	196.500.364	(46.657.401)	-	-	-	-	-	2.180.496.307
SGID - Subcrédito E	588.990.221	61.265.427	(17.806.615)	-	-	-	-	-	632.449.033
SGID - Subcrédito F	350.212.382	36.558.010	(10.717.490)	-	-	-	-	-	376.052.902
SGID - Subcrédito G	207.882.367	21.700.448	(6.361.790)	-	-	-	-	-	223.221.025
SGID - Subcrédito H	120.680.358	12.597.595	(3.693.160)	-	-	-	-	-	129.584.793
SGID - Subcrédito I	51.671.617	5.393.903	(1.581.298)	-	-	-	-	-	55.484.222
SGID - Subcrédito J	156.210.750	16.306.545	(4.780.491)	-	-	-	-	-	167.736.804
SGID - Subcrédito K	210.280.521	21.950.787	(6.435.179)	-	-	-	-	-	225.796.129
SGID - Subcrédito L	152.161.254	15.883.826	(4.656.565)	-	-	-	-	-	163.388.515
SGID - Subcrédito M	152.161.254	15.883.826	(4.656.565)	-	-	-	-	-	163.388.515
SGID - Subcrédito N	15.073.361	1.573.480	(461.288)	-	-	-	-	-	16.185.553
SGID - Subcrédito O	129.801.224	13.549.705	(3.972.285)	-	-	-	-	-	139.378.644
SGID - Subcrédito P	129.752.395	13.546.099	(3.972.285)	-	-	-	-	-	139.326.209
SGID - Subcrédito Q	134.673.352	14.059.845	(4.122.937)	-	-	-	-	-	144.610.260
SGID - Subcrédito R	63.794.425	6.658.970	(1.951.880)	-	-	-	-	-	68.501.515
SGID - Subcrédito S	-	30.097.187	(3.082.693)	210.566.384	-	-	-	-	237.580.878
SGID - Subcrédito T	-	30.812.451	(4.594.569)	-	-	656.384.385	-	-	682.602.267
Controladora	4.493.998.825	514.338.468	(129.504.491)	210.566.384	656.384.385	-	-	-	5.745.783.571
Debêntures	353.083.707	127.018.644	(39.749.571)	1.100.000.000	-	(149.290.230)	(26.714.797)	-	1.364.347.753
SGID	857.025.325	28.623.764	(18.698.320)	-	(656.384.385)	(210.566.384)	-	-	-
BNDES	5.754.364.687	858.049.904	(331.871.685)	-	-	(296.988.752)	-	-	5.983.554.154
Consolidado	11.458.472.544	1.528.030.780	(519.824.067)	1.310.566.384	-	(656.845.365)	(26.714.797)	-	13.093.685.478

Financiador	Saldo final Bruto 31/12/2021
Circulante - partes relacionadas	6.001.886
Não circulante - partes relacionadas	5.739.781.685
Circulante - terceiros	359.299.381
Não circulante - terceiros	6.988.602.526

Financiador	Saldo inicial		Juros, variação monetária e cambial	Liquidação juro	Novas captações	Liquidação principal	Custo de transação a amortizar	Saldo final Bruto
	31/12/2019	31/12/2020						
SGID - Subcrédito D	1.577.462.772	515.503.305	(62.312.733)	-	-	-	-	2.030.653.344
SGID - Subcrédito E	457.104.576	154.878.745	(22.993.100)	-	-	-	-	588.990.221
SGID - Subcrédito F	271.793.446	92.101.270	(13.682.334)	-	-	-	-	350.212.382
SGID - Subcrédito G	161.333.715	54.670.341	(8.121.689)	-	-	-	-	207.882.367
SGID - Subcrédito H	93.657.826	31.737.354	(4.714.822)	-	-	-	-	120.680.358
SGID - Subcrédito I	40.101.400	13.588.959	(2.018.742)	-	-	-	-	51.671.617
SGID - Subcrédito J	121.232.315	41.081.382	(6.102.947)	-	-	-	-	156.210.750
SGID - Subcrédito K	163.194.880	55.301.122	(8.215.381)	-	-	-	-	210.280.521
SGID - Subcrédito L	118.089.576	40.016.417	(5.944.739)	-	-	-	-	152.161.254
SGID - Subcrédito M	118.089.576	40.016.417	(5.944.739)	-	-	-	-	152.161.254
SGID - Subcrédito N	11.698.160	3.964.097	(588.896)	-	-	-	-	15.073.361
SGID - Subcrédito O	100.736.364	34.136.022	(5.071.162)	-	-	-		



STATE GRID
BRAZIL HOLDING S.A.
国家电网巴西控股公司

STATE GRID BRAZIL HOLDING S.A.
CNPJ/MF nº 11.938.558/0001-39



★ continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em Reais)

A movimentação das provisões prováveis no consolidado, justificada substancialmente por alteração nos prognósticos dos processos, está apresentada da seguinte forma:

	Consolidado				
	Cíveis	Trabalhistas	Fiscais	Ambiental	Servidões
Saldo em 31 de dezembro de 2020	2.140.181	2.675.582	2.015.576	33.007.524	6.836.819
Adições e reversões, líquidas (i)	491.415	1.220.563	5.772.123	(30.895.000)	1.176.096
Pagamentos	-	4.306	-	-	(4.306)
Atualizações monetárias	104.969	195.558	3.481	304.154	608.162
Saldo em 31 de dezembro de 2021	2.736.565	4.087.397	7.791.180	2.416.678	8.012.915

(i) As adições ocorreram, basicamente, em razão da movimentação dos processos, com ocorrência de decisão judicial, mudanças de prognóstico e por conta da atualização monetária; e as provisões constituídas referem-se a riscos relacionados a verbas legais e contratuais, terceirização, execuções fiscais e manifestações de inconformidade referentes a compensações de impostos e contribuições federais (IRPJ, CSLL, PIS, COFINS, IRRF e CSRF) não homologadas pela RFB e ações judiciais e/ou autos de infração de natureza ambiental recebidos pela SGBH e suas controladas, nos quais se discute, por exemplo, condicionantes de licenças. As reversões ocorreram basicamente pela Controlada ATE, onde em 14/05/2021 o IBAMA disponibilizou as decisões homologatórias de primeira instância aos Autos de Infração dos processos administrativos nºs 02027.001141/2012-19 e 02027.001143/2012-16 minorando os valores originais de R\$ 3.000.000,00 para R\$ 2.010.500 e R\$ 15.000.000 para R\$ 2.555.000, respectivamente. Posteriormente, por ser um processo em âmbito administrativo, o departamento jurídico da companhia, em conjunto com os escritórios externos, classificou os mesmos processos com prognóstico possível, sendo necessário o estorno de todo o montante. **b. Reembolso de contingências:** Por meio dos contratos de compra e vendas das controladas do Grupo que já estavam em operação (conforme apresentado na nota explicativa 3). Foram firmados contratos e seus respectivos aditamentos com os vendedores. Elas se comprometeram a assumir todos os custos de defesa e condenação relativos às quaisquer demandas administrativas e/ou judiciais, relacionadas às empresas, nos termos e condições previstos no Contrato. Assim, a Companhia efetuou o registro de direito a reembolso para as contingências apresentadas como prováveis, visto que estas estão suportadas pelo Contrato. Apresentamos a seguir os montantes de causas prováveis por controlada para as quais foram registrados montantes correspondentes a reembolsos na linha de outros ativos não circulantes:

	31/12/2021	31/12/2020
Controladas		
ITE	7.800.977	7.415.059
SMTE (i)	9.677.299	3.260.775
ETEE	597.775	591.679
Catxerê	2.091.840	2.338.552
PCTE	5.160.041	5.132.751
Araraquara	111.193	23.023
RPTE	2.613.889	2.222.538
SPTE	82.767	82.767
ETIM	1.212.152	1.841.206
LTM	1.050.571	98.512
XRTE	3.344.260	2.617.073
CNTE	-	167.006
PSTE	150.731	55.005
SGBH	2.410.270	1.814.044
	36.303.765	27.659.990

(i) Variação refere-se a provisão fiscal na Controlada SMTE devido à mudança de prognóstico de possível para provável. **c. Contingências possíveis (não provisionadas):** As principais causas classificadas com expectativa de perda considerada possível estão relacionadas a riscos fiscais, cíveis, servidões, ambientais e trabalhistas, conforme segue:

	31/12/2021		31/12/2020	
	Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado
Fiscal (i)	37.198.579	342.810.688	32.934.824	275.508.056
Cível (ii)	-	11.193.507	-	8.427.178
Servidões (iii)	-	1.355.382	-	3.601.743
Ambiental (iv)	-	10.270.973	-	5.439.779
Trabalhista (v)	2.878.505	10.379.514	4.044.024	12.515.446
	40.077.084	376.010.064	36.978.848	305.492.203

(i) Processos Fiscais: Referem-se às ações judiciais e processos administrativos fiscais, que discutem diversos tributos, tais como, ICMS, ISS, IRPJ e CSLL. Variação refere-se substancialmente a processos fiscais do exercício de 2021 na controlada ETIM referentes a ações ordinárias relativos a IRPJ e CSLL, novos processos de ISS movidos pela Receita Federal e mudança de prognóstico de remoto para possível do processo de amortização do ágio. Os principais casos nos quais se discute os temas aqui referidos são os seguintes: processos número 5003229-44.2019.4.02.5101 com valor de exposição de aproximadamente 38 milhões de reais da esfera processual do Estado do Rio de Janeiro, onde em Julho 2021 os autos foram remetidos à conclusão para julgamento, processos números 17227-720.037/2020-58 e 10348.720859/2021-02, no valor total de exposição de aproximadamente 30,5 milhões de reais do Estado do Espírito Santo, onde na presente data, aguarda-se distribuição do processo e desfecho da ação ordinária, respectivamente. E na Controlada ITE, onde ocorreu a inclusão de um processo iniciado em 2021 visando a cobrança de suposto crédito tributário de ICMS, discutidos na Execução Fiscal nº 1000755-83.2021.8.11.0003, ajuizada pelo Estado de Mato Grosso, e que teve seu trâmite suspenso por força de decisão proferida em favor da Companhia nos autos da Ação Anulatória nº 1038359-03.2017.8.11.0041, que determinou a suspensão da exigibilidade do crédito tributário de ICMS que o Estado cobrava da Companhia. Aguarda-se decisão final de mérito na ação anulatória ajuizada pela Companhia. (ii) Processos cíveis: Referem-se a duas ações judiciais principalmente na Controlada IRTE, autuadas respectivamente sob os números 0169414-92.2016.8.06.0001 e 0025826-86.2016.4.01.3400, com trâmite por Fortaleza e Brasília, nos quais se discute ocupação de faixa de domínio e suposto atraso na entrada em operação de linha de transmissão, respectivamente. Os feitos foram ajuizados em 2016, conforme numeração dos processos, e não há detalhes relevantes a serem reportados acerca dos dois casos, senão o cerne das discussões neles contidas, conforme reportado, sobretudo porque no primeiro caso aguarda-se julgamento de primeiro grau após a fase de produção de provas, e o segundo feito teve decisão de primeiro grau decretando sua extinção sem análise do mérito, e aguarda-se julgamento de recurso interposto pela ONS. (iii) Referem-se a ações ajuizadas pelas Controladas para implementar servidão administrativa de passagem em áreas específicas (fração de imóveis) onde são instaladas as torres de transmissão de energia elétrica. A variação refere-se principalmente à alteração de prognóstico de possível para remoto do Processo nº 0309742-98.2016.8.09.0127 na Controlada ETEE. (iv) Processos ambientais: Referem-se a ações judiciais e/ou autos de infração de natureza ambiental recebidos pela SGBH e suas controladas, nos quais se discute, por exemplo, condicionantes de licenças. Na Controlada ATE ocorreu uma autuação administrativa por, supostamente, ter desatendido a uma das condicionantes da Licença de Instalação nº 704/2010, o que caracterizaria infração ao art. 66, parágrafo único, inciso II do Decreto Federal nº 6.514/2008. E gerou a maior variação apresentada no quadro acima, além disso, o processo foi alterado para provável para possível em 2021. (v) Processos trabalhistas: Referem-se a ações movidas por empregados e ex-empregados e empregados de terceiros (responsabilidade subsidiária e/ou solidária) envolvendo cobrança de parcelas indenizatórias e outras. Variação refere-se substancialmente na mudança de prognóstico e alteração dos valores de perda possível.

25. OUTROS PASSIVOS NÃO CIRCULANTES

	31/12/2021		31/12/2020	
	Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado
Obrigações especiais (i)	-	15.770.543	-	16.277.273
Compensação ambiental (ii)	-	46.513.772	-	54.664.275
Outras provisões passivas (iii)	-	-	2.615.493	35.102.127
	-	62.284.315	2.615.493	106.043.675

(i) Recebimento antecipado na Itatim pelas centrais geradoras para o custeio de aquisição de instalações de transmissão de interesse exclusivo; (ii) Valores destinados a manutenção ou criação de Unidades de Conservação de acordo com a Lei Federal nº 9.985/00; (iii) Variação refere-se a baixa de provisão de tributação e atualização monetária de benefícios a expatriados enquadrados como remuneração que no passado não passavam por folha em função da extinção dos créditos tributários conforme art. 173, inciso I da CTN.

26. PATRIMÔNIO LÍQUIDO (CONTROLADORA)

a. Capital social: Em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020, o capital totalmente subscrito e integralizado, em moeda corrente nacional, é de R\$ 9.787.203.751 (nove bilhões, setecentos e oitenta e sete milhões, duzentos e três mil setecentos e cinquenta e um reais), dividido em 9.787.203.751 (nove bilhões, setecentos e oitenta e sete milhões, duzentos e três mil setecentos e cinquenta e uma) idênticas ações ordinárias nominativas com valor nominal de R\$ 1,00 (um real) cada. A composição acionária está demonstrada a seguir:

	31/12/2021
International Grid Holdings Limited	99,9999%
Top View Grid Investment Limited	0,0001%
	100%

b. Reserva legal: A reserva legal é constituída com base em 5% do lucro líquido do exercício, observando-se os limites previstos pela Lei das Sociedades por Ações nº 6.404/76. **c. Reserva de retenção de lucros:** Considerando o saldo acumulado de reserva de lucros existente na Companhia, a Administração da Companhia aprovou em 2020 a distribuição de dividendos adicionais e intermediários a serem pagos ao longo do exercício no montante total de R\$ 942.223.502 (novecentos e quarenta e dois milhões, duzentos e vinte e três mil, quinhentos e dois reais). Conforme Ata da Assembleia Geral Ordinária de 30 de abril de 2021, a Companhia destinou o montante de R\$ 291.775.606 (duzentos e noventa e um milhões, setecentos e setenta e cinco mil, seiscentos e seis reais) para a conta de reserva de retenção de lucros os lucros excedentes após o cálculo de reserva legal e dividendos mínimos obrigatórios. Em 2021, a reserva especial de lucros a realizar decorrentes dos ajustes do CPC 47/IFRS 15, que entrou em vigor em 01 de janeiro de 2018 foi realizada, sendo integrada a reserva de retenção de lucro, com base na Lei 10.303/2001 artigo 197, § 2º e art. 202, inciso III, no montante total de R\$ 757.478.446 (setecentos e cinquenta e sete milhões, quatrocentos e setenta e oito mil, quatrocentos e quarenta e seis reais). Em 2021, a Companhia destinou o montante de R\$ 1.086.866.996 (um bilhão, oitenta e seis milhões, oitocentos e sessenta e seis mil, novecentos e noventa e seis reais) para a conta de reserva de retenção de lucros os lucros excedentes após o cálculo de reserva legal e dividendos mínimos obrigatórios. Em 2021 a Administração da Companhia aprovou a distribuição de dividendos intermediários referentes à reserva de lucros no valor conforme quadro abaixo. Esses valores, assim como todo o montante decorrente de dividendos provisionados foram pagos até dezembro de 2021.

	Valor
Ata	
AGE realizada em 25/06/2021	300.000.000
AGE realizada em 29/07/2021	310.800.000
AGE realizada em 18/08/2021	912.676.330
AGE realizada em 17/11/2021	472.996.404
	1.996.472.734

d. Reserva especial de lucros a realizar: Companhia destinou para a conta de reserva especial de lucros a realizar os resultados decorrentes dos ajustes do CPC 47/IFRS 15, que entrou em vigor em 01 de janeiro de 2018. Esses valores também foram base para a constituição de reserva legal e dividendos mínimos obrigatórios. Em 2021 a reserva especial foi realizada com base na Lei 10.303/2001 artigo 197, § 2º e art. 202, inciso III.

e. Reserva de incentivos fiscais: A constituição da reserva de incentivos fiscais reflexa nas investidas está demonstrado conforme segue:

Empresa	Participação	Saldo acumulado	Reflexo SGBH
CNTE (i)	100%	22.395.590	22.395.590
PRTE (ii)	100%	96.321.718	96.321.718
XRTE (iii)	100%	34.005.120	34.005.120
BMTE (iv)	51%	12.468.639	6.359.006
MTE (v)	51%	30.369.852	15.488.624
PTE (vi)	51%	10.172.605	5.188.028
Total		205.733.524	179.758.086

(i) CNTE: A controlada CNTE goza de incentivos fiscais de imposto de renda sobre o resultado auferido na exploração da concessão de serviços públicos de transmissão de energia elétrica no Estado do Mato Grosso/MT, incluído na área incentivada pela SUDAM (Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia). Assim, goza de benefício para a redução do imposto de renda concedido por meio do Ato Declaratório Executivo nº 1, de 21 de maio de 2020, pela Receita Federal do Brasil - RFB. Sua destinação é submetida a aprovação, considerando as restrições previstas nos respectivos laudos constitutivos e na legislação fiscal vigente. O valor acumulado do benefício concedido à Companhia foi R\$ 13.645.430 (treze milhões seiscentos e quarenta e cinco mil quatrocentos e trinta reais) em 31 de dezembro de 2020. O saldo em 31 de dezembro de 2021 é de R\$ 22.395.590 (vinte e dois milhões, trezentos e noventa e cinco mil e quinhentos e noventa reais). (ii) PRTE: A controlada PRTE é elegível a incentivo fiscal regional por meio de redução do imposto de renda pessoa jurídica (CIT) com base em método de cálculo denominado "Lucro da Exploração" por estar localizada na região sob jurisdição da SUDAM (Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia). Esse benefício corresponde a uma redução de 75% sobre as receitas auferidas com a concessão do serviço público das linhas de transmissão de energia elétrica localizadas na área incentivada pelo período de 10 anos. O incentivo fiscal foi concedido à Companhia pela Receita Federal do Brasil (RFB) por meio do despacho decisório nº 102/2021 de fevereiro de 2021, podendo ser fruído de janeiro de 2020 a dezembro de 2029. De acordo com a legislação em vigor, o valor dos tributos não recolhidos em decorrência das isenções e reduções da carga tributária não pode ser distribuído aos acionistas e deve ser registrado como reserva de incentivos fiscais à pessoa jurídica. Essa reserva só deve ser utilizada para compensar prejuízos ou para aumentar o capital da Companhia. Embora tenha sido emitido no ano calendário de 2021, o despacho decisório da RFB retroage ao ano anterior, portanto, o incentivo fiscal pode ser gozado a partir de janeiro de 2020. O valor acumulado do benefício concedido à Companhia foi R\$ 39.140.672 (trinta e nove milhões cento e quarenta mil seiscentos e setenta e dois reais) em 31 de dezembro de 2020. De acordo com o Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC 24, o valor deve ser registrado na reserva de incentivos fiscais das demonstrações financeiras correntes por se tratar de um evento ocorrido entre o encerramento do exercício e a data final de emissão das demonstrações financeiras. O saldo em 31 de dezembro de 2021 é de R\$ 96.321.718 (noventa e seis milhões, trezentos e vinte e um mil e setecentos e deztoito reais). (iii) XRTE: A controlada XRTE é elegível a incentivo fiscal regional por meio de redução do imposto de renda pessoa jurídica (CIT) com base em método de cálculo denominado "Lucro da Exploração" por estar localizada na região sob jurisdição da SUDAM (Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia). Esse benefício corresponde a uma redução de 75% sobre as receitas auferidas com a concessão do serviço público das linhas de transmissão de energia elétrica localizadas na área incentivada pelo período de 10 anos. O incentivo fiscal foi concedido à Companhia pela Receita Federal do Brasil (RFB) por meio do despacho decisório nº 103/2021 de fevereiro de 2021, podendo ser fruído de janeiro de 2020 a dezembro de 2029. De acordo com a legislação em vigor, o valor dos tributos não recolhidos em decorrência das isenções e reduções da carga tributária não pode ser distribuído aos acionistas e deve ser registrado como reserva de incentivos fiscais à pessoa jurídica. Essa reserva só deve ser utilizada para compensar prejuízos ou para aumentar o capital da Companhia. Embora tenha sido emitido no ano calendário de 2021, o despacho decisório da RFB retroage ao ano anterior, portanto, o incentivo fiscal pode ser gozado a partir de janeiro de 2020. O valor acumulado do benefício concedido à Companhia foi no montante de R\$ 37.647.579 (trinta e sete milhões, seiscentos e quarenta e sete mil, quinhentos e setenta e nove reais) em 31 de dezembro de 2020. De acordo com o Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC 24, o valor deve ser registrado na reserva de incentivos fiscais das demonstrações financeiras correntes por se tratar de um evento ocorrido entre o encerramento do exercício e a data final de emissão das demonstrações financeiras. O saldo em 31 de dezembro de 2021 é de R\$ 34.005.120 (trinta e quatro milhões, cinco mil, cento e vinte reais). (iv) Belo Monte: A controlada em conjunto Belo Monte goza de incentivos fiscais de imposto de renda sobre o resultado auferido na exploração da concessão de serviços públicos de transmissão de energia elétrica, que foi concedido pela SUDAM a redução de 75% do imposto de renda pelo prazo de 10 anos, iniciado no ano calendário 2018 conforme Laudo Constitutivo nº 97/2018 de 10 de setembro de 2018. Em 31 de dezembro de 2020 esse montante é de R\$ 8.000.153 (oito milhões e cento e cinquenta e três mil reais) e em 31 de dezembro de 2021 esse montante é de R\$ 12.468.639 (doze milhões, quatrocentos e sessenta e oito mil e seiscentos e trinta e nove reais). (v) Matrinhã: Em setembro de 2019, foi aprovado o Ato Declaratório Executivo nº 103 a RFB, por meio de intermédio de sua delegação no Rio de Janeiro, onde reconheceu o direito à redução do imposto sobre a renda e adicionais não restituíveis (calculados com base no lucro da exploração) a favor da Matrinhã nos termos do Laudo Constitutivo nº 270/2018 de 31 de dezembro de 2018 da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM). Desde então o IRPF apurado, com base no lucro da exploração, é reduzido em 75%, com prazo de vigência de 10 anos, tendo seu período de fruição a partir de 2018 com término em 2027. Em 31 de dezembro de 2020 esse montante é de R\$12.849.192 (doze milhões, oitocentos e quarenta e nove mil e cento e noventa e dois reais) e em 31 de dezembro de 2021 esse montante é de R\$ 30.369.852 (trinta milhões, trezentos e sessenta e nove mil e oitocentos e cinquenta e dois reais). (vi) Paranaíba: Em setembro de 2020 a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) emitiu Laudo Constitutivo de nº 0168/2020, que outorga à Paranaíba o direito à redução do imposto de renda de 75%, calculados sobre o lucro da exploração da atividade de transmissão de energia elétrica, com prazo de vigência de 10 anos contados a partir de 2020 até 2029. Em 31 de dezembro de 2020 esse montante é de R\$ 4.332.406 (quatro milhões, trezentos e trinta e dois mil e quatrocentos e seis reais) e em 31 de dezembro de 2021 esse montante é de R\$ 10.172.605 (dez milhões, cento e setenta e dois mil e seiscentos e cinco reais). **f. Dividendos:** Aos acionistas é garantido estatutariamente um dividendo mínimo obrigatório de 1% do lucro líquido após a destinação para reserva legal, calculado nos termos do artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações nº 6.404/76. Os dividendos mínimos obrigatórios foram calculados conforme segue:

	31/12/2021	31/12/2020
Lucro líquido do exercício	1.228.699.806	310.234.564
Reserva de incentivos fiscais	(69.419.365)	-
Reserva legal (5%)	(61.434.990)	(15.511.728)
Base de cálculo para os dividendos	1.097.845.451	294.722.836
Dividendos mínimos obrigatórios (1%)	10.978.455	2.947.228

Conforme AGO de 30 de Abril de 2021, foi aprovado o pagamento de dividendos mínimos obrigatórios no valor de R\$ 2.947.228 (dois milhões, novecentos e quarenta e sete mil e duzentos e vinte e oito reais) referente ao exercício de 2020 e R\$ 580.038 (quinhentos e oitenta mil e trinta e oito reais) de dividendos mínimos obrigatórios referentes a representações ocorridas em exercícios anteriores. Conforme mencionado na nota explicativa 26.c, em 2021 a Administração da Companhia aprovou a distribuição de dividendos intermediários no montante total de R\$ 1.996.472.734 (um bilhão, novecentos e noventa e seis milhões, quatrocentos e setenta e dois mil, setecentos e trinta e quatro reais). Todo esse montante bem como os dividendos mínimos obrigatórios de 2020 e de exercícios anteriores foram pagos no exercício de 2021, totalizando R\$ 2.000.000.000 (dois bilhões de reais).

27. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

	31/12/2021		31/12/2020	
	Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado
Receita operacional bruta	9.276.765	3.619.398.183	8.285.545	3.285.213.986
Receita de operação e manutenção	-	555.131.352	-	532.266.144
Remuneração dos ativos de contrato	-	2.767.743.481	-	2.737.300.123
Receita de construção (i)	-	18.301.833	-	35.591.160
Receita de aluguel	9.276.765	5.064.297	8.285.545	4.796.456
Outras receitas (ii)	-	273.157.220	-	(24.739.897)
Deduções da receita operacional	(858.101)	(399.742.665)	(766.413)	(365.971.448)
PIS/Cofins (correntes)	(858.101)	(266.651.225)	(766.413)	(249.648.706)
PIS/Cofins (diferidos)	-	(34.048.209)	-	(25.405.468)
ISS	-	(106.738)	-	(274.347)
RGR	-	(30.357.664)	-	(31.408.932)
P&D	-	(28.801.015)	-	(26.532.442)
CDE	-	(20.918.912)	-	(18.696.330)
TFSEE	-	(13.497.228)	-	(10.713.347)
Proinfia	-	(5.361.674)	-	(3.291.876)
	8.418.664	3.219.655.518	7.519.132	2.919.242.538

(i) A variação refere-se substancialmente ao encerramento dos projetos de reforço do autotransformador na subestação Nova Primavera (PSTE), New Bay na subestação Paracatu 4 (SMTE) e subestação Pirapora II (SPTE). (ii) Tendo em vista o fato de que a homologação da RAP do ciclo 2021-2022 ocorreu dentro do ano de 2021 e que tal receita é um direito de recebimento garantido pela ANEEL, a Companhia entende que é razoável considerar a diferença entre a RAP projetada no modelo e a RAP homologada pela ANEEL dentro do próprio ano de homologação da RAP, respeitando o princípio da competência. Na prática, o que ocorre é um reconhecimento do direito já adquirido de receber as RAPs reajustadas referentes aos meses de janeiro a junho do ano subsequente à homologação da RAP já dentro do exercício fiscal da própria homologação, de forma a sempre trazer para o próprio ano de homologação um impacto mais completo e corrigir parcialmente eventuais descasamentos da inflação.

28. CUSTO DA OPERAÇÃO

	31/12/2021		31/12/2020	
	Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado
Pessoal (i)	(3.013.573)	(147.709.788)	(2.754.544)	(131.460.565)
Material	(101.523)	(14.901.055)	(76.373)	(17.985.914)
Serviços de terceiros	(1.419.642)	(37.083.011)	(1.404.228)	(34.987.869)
Depreciação (ii)	(930)	505.800	(2.156.713)	(1.649.983)
Custo de construção	-	(17.165.183)	-	(17.884.678)
Custo de operação e manutenção (iii)	-	(32.787.664)	-	(40.181.858)
Outros	(1.186.259)	(32.940.264)	(1.479.399)	(33.820.592)
	(5.721.927)	(282.081.165)	(7.871.257)	(277.971.459)

(i) Variação refere-se substancialmente ao aumento do quadro de funcionários em 2021 e alteração da premissa utilizada para o cálculo de provisão de Bônus nas empresas do grupo. (ii) Variação refere-se à reclassificação da depreciação sobre propriedade para investimento em 2020 conforme ICPC 10 na controladora. (iii) Variação refere-se substancialmente ao encerramento dos projetos de melhoria das empresas do grupo.

29. DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS

	31/12/2021		31/12/2020	
	Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado
Pessoal	(7.			



STATE GRID
BRAZIL HOLDING S.A.
国家电网巴西控股公司

STATE GRID BRAZIL HOLDING S.A.
CNPJ/MF nº 11.938.558/0001-39



★ continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em Reais)

em discussão na fase administrativa perante o IBAMA, na qual a ATE já obteve redução no valor da multa imposta, e continuará a discutir as razões fáticas e jurídicas da atuação sendo necessário o estorno de todo o montante. (ii) Variação refere-se substancialmente a doações feitas pela controlada XRTE para contribuir com os esforços governamentais e mitigar os efeitos da pandemia e doação na Controladora SGBH através do Instrumento Particular de Cessão de Quotas onde State Grid Brazil Holding S.A ("SGBH") e International Grid Holdings Limited ("IGHL") cedem gratuitamente para ShanDong Luneng Tai Shan Football Club Limited ("SHANDONG"), 40.000.000 (quarenta milhões) de quotas de que são titulares, representativas do capital social da empresa Luneng Brasil Sports Center Ltda. ("LUNENG"), no valor nominal de R\$ 40.000.000 (quarenta milhões de reais) no exercício de 2020; (iii) Variação refere-se substancialmente ao custo de recuperação de despesas devido a ajuste de inventário de almoxarifado conforme levantamento físico no exercício de 2020.

30. OUTRAS RECEITAS/(DESPESAS) OPERACIONAIS

Nesse grupo são registradas receitas e despesas provenientes de atividades não vinculadas à concessão: Contrato de Prestação de Serviço de Operação e Manutenção (CPSOM), Centro de Operação do Sistema (COS) e Contratos de Compartilhamento de Infraestrutura (CCI) referentes às controladas.

	31/12/2021		31/12/2020	
	Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado
Rendas da prestação de serviços	95.593	24.957.954	-	23.163.777
Demais receitas e rendas (i)	-	63.201.782	-	198.407
Tributos sobre receitas	(8.842)	(3.219.373)	-	(3.413.991)
Perdas na alienação de bens e serviços (ii)	-	(6.349.891)	-	(1.071.073)
Pessoal	(471.148)	(6.929.088)	(500.300)	(6.906.959)
Serviços de terceiros	-	(2.066.525)	-	(1.767.766)
Depreciação e amortização	-	(3.147.079)	-	(3.155.628)
Outros	(20.608)	(7.816.602)	-	(7.783.950)
	(405.005)	58.491.178	(500.300)	(737.183)

(i) Valor refere-se à reserva de incentivo fiscal que foi concedido à Companhia pela Receita Federal do Brasil (RFB) por meio do despacho decisório nº 103/2021 de fevereiro de 2021 das Controladas XRTE, PRTE e CNTE. Em 2020 os incentivos fiscais das controladas foram diretamente para o patrimônio líquido.

(ii) Variação refere-se à baixa do ativo imobilizado por sucata e material obsoleto da controlada ITE.

31. RESULTADO FINANCEIRO

	31/12/2021		31/12/2020	
	Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado
Receita financeira	938.839.308	999.168.833	1.079.848.463	1.045.628.525
Receitas de aplicações financeiras (i)	23.626.812	87.453.227	11.399.861	42.758.634
Juros sobre empréstimos - Partes relacionadas (ii)	87.413.626	71.098.438	117.041.775	76.543.845
Variação cambial	719.579.720	845.025.830	792.725.981	949.358.183
Receita de atualização monetária (iii)	3.043.521	12.564.616	-	440.995
Outras	2.065	2.573.106	13.154	500.585
Juros sobre capital próprio	121.739.465	-	181.422.413	-
(-) Tributos sobre receitas financeiras	(16.565.901)	(19.546.384)	(22.754.721)	(23.973.717)
Despesa financeira	(1.404.435.318)	(2.418.962.666)	(2.196.328.743)	(3.007.161.046)
Variações cambial	(1.310)	(1.320)	-	(596)
Variação cambial partes relacionadas (iv)	(1.103.699.817)	(1.238.950.039)	(1.786.797.924)	(2.150.865.031)
Variação monetária empréstimos (iv)	-	(85.903.954)	-	(7.358.359)
Atualização TJLP (v)	-	(524.212.057)	-	(167.622.293)
Juros sobre empréstimos e financiamentos - Terceiros	-	(376.773.361)	-	(381.600.479)
Juros sobre empréstimos - Partes relacionadas	(173.760.247)	(198.812.670)	(205.290.685)	(253.040.655)
IOF e comissões sobre empréstimos (vi)	(2.653.368)	(3.309.610)	(1.416.399)	(1.373.468)
Reversão de juros sobre capital próprio	(121.739.465)	-	(181.422.413)	-
Multas e juros (vii)	(11.211)	(3.318.024)	(46.417)	(14.898.483)
Outras (viii)	(2.569.900)	12.318.369	(21.354.309)	(30.401.682)
	(465.596.010)	(1.419.793.833)	(1.116.480.280)	(1.961.532.521)

(i) Variação devido às altas aplicações ao longo de 2021 das empresa do grupo. (ii) Variação na controladora devido à quitação do empréstimo da controlada XRTE. (iii) Variação refere-se substancialmente à atualização SELIC de saldo negativo de IR e CS de anos anteriores da SGBH, e suas Controladas XRTE, CNTE e PRTE. (iv) Variação monetária devido ao empréstimo com a SGID e debêntures. Redução devido à variação na LIBOR. (v) Atualização monetária do empréstimo com o BNDES, aumento devido à inflação em 2021. (vi) Variação devido ao IOF sobre a assunção de dívida no empréstimo com a SGID em 2021. (vii) Devido a pagamentos de juros sobre impostos das controladas em 2020. (viii) Na controladora redução devido às baixas de atualização monetária devido à doação da Luneng em 2020 e nas controladas a variação refere-se substancialmente ao estorno de atualização monetária de anos anteriores do processo ambiental na Controlada ATE por mudança de prognóstico e redução no valor e reversão e baixa de atualização monetária de benefícios a expatriados enquadrados como remuneração que no passado não passavam por folha em função da extinção dos créditos tributários conforme art. 173, inciso I da CTN.

32. CONCILIAÇÃO DO IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL (IR E CS)

	Controladora	Controladora
	31/12/2021	31/12/2020
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	1.230.212.334	311.751.923
Adições/Exclusões não dedutíveis	(735.572)	59.503.114
Variação Cambial	67.929.702	417.822.934
Juros Inedutíveis	46.011.685	24.823.505
Equivalência Patrimonial	(1.717.118.545)	(1.491.102.882)
Juros s/Capital Próprio	121.739.465	181.422.413
Outros	-	-
Lucro Real	(251.960.931)	(495.778.993)
Compensação PF/BN (30%)	-	-
Lucro Real (Após Compensação)	(251.960.931)	(495.778.993)
IRPJ Antes Inc. Fiscais (25%)	-	-
Inc. Fiscais	-	-
IRPJ devido (25%)	-	-
CSLL (9%)	-	-
IR e CS correntes	-	-
IR e CS diferidos	(1.512.528)	(1.517.359)

Para as controladas, SGBH, ETEE, ITE, IRTE, PPTTE, SMTE, PRTE, CNTE e XRTE a tributação do imposto de renda e contribuição social é feita tendo como base o lucro real. Abaixo resultado consolidado das companhias que aderiram ao lucro real:

	Consolidado	Consolidado
	31/12/2021	31/12/2020
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	1.487.805.242	797.775.456
Adições/Exclusões não dedutíveis	29.601.555	98.304.609
Variação Cambial	54.803.016	499.406.530
Juros Inedutíveis	51.238.489	37.513.511
Incentivos Fiscais (Lei Rouanet/Desportivo)	-	-
Equivalência Patrimonial	(98.852.429)	(98.844.016)
Ajustes de IFRIC	(783.067.295)	(636.576.929)
Doações e subvenções para investimento	(62.288.746)	(90.433.680)
Amortização Ágio (Goodwill)	(30.035.845)	(30.035.845)
Lucro Real	649.203.987	577.109.636
Compensação PF/BN (30%)	-	-
Lucro Real (Após Compensação)	649.203.987	577.109.636
IRPJ Antes Inc. Fiscais (25%)	(152.460.419)	(191.846.925)
Inc. Fiscais	6.000.755	(148.127)
IRPJ devido (25%)	(146.459.664)	(191.995.052)
CSLL (9%)	(54.954.871)	(69.101.647)
IR e CS correntes (ajuste de anos anteriores)	27.659.397	-
IR e CS correntes	(201.414.535)	(261.096.699)
IR e CS diferidos	(350.851.659)	(234.416.633)
Alíquota efetiva	14%	33%

Resultado consolidado das companhias que aderiram ao lucro presumido

Para as controladas, ETIM, MRTE, Araraquara, RPTE, PCTE, LTMC, SPTE, LTI, Catxerê, ACTE e SGSE a tributação do imposto de renda e contribuição social é feita tendo como base o lucro presumido, sendo que na controlada SGSE a alíquota de presunção é de 32% para IRPJ e para CSLL. Abaixo resultado consolidado das companhias que aderiram ao lucro presumido:

	Consolidado	Consolidado
	31/12/2021	31/12/2020
Receitas brutas (i)	464.848.191	406.229.873
Base de cálculo (8%/32%)	37.618.914	33.154.258
Outras receitas	15.139.349	6.907.308
Base de cálculo	52.758.263	40.061.566
IR devido	(12.925.023)	(10.270.139)
Ajuste provisão IR anos anteriores	2.489.748	1.238.962
(+) IR diferido/Outros	(1.541.621)	20.720.495
Total de IRPJ	(11.976.896)	11.689.318
Base de cálculo (12%/32%)	56.140.998	49.294.295
Outras receitas	15.139.349	6.907.309
Base de cálculo	71.280.347	56.201.604
CSLL devida	(6.415.231)	(5.244.346)
Ajuste provisão CSLL anos anteriores	914.734	357.440
(+) CSLL diferida/Outros	(474.428)	7.153.559
Total de CSLL	(5.974.925)	2.266.653
IR e CS correntes	(15.935.772)	(13.918.083)
IR e CS diferidos	(2.016.049)	27.874.054
Total de IRPJ/CSLL	(17.951.821)	13.955.971

(i) As Companhias do grupo SGBH tributadas pelo Lucro Presumido, tributam as receitas efetivamente auferidas (Aviso de Crédito - AVC).

A natureza das receitas auferidas pelas Transmissoras decorre exclusivamente da prestação dos serviços de transmissão de energia, não comportando seu desmembramento tal qual as Concessionárias fornecessem serviços de construção ao Poder Concedente. Ainda que para fins contábeis as transmissoras devam reconhecer suas receitas a medida da execução da obra de infraestrutura, tais valores devem ser considerados como uma mera expectativa de benefícios futuros; as receitas a que fazem jus as transmissoras decorrem unicamente da prestação de transmissão remuneradas por meio da RAP. Dessa forma, as controladas em fase pré operacional somente terão suas receitas operacionais auferidas após a entrada em operação das linhas de transmissão.

33. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

A Companhia e suas controladas mantêm operações com instrumentos financeiros. A Administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos, visando à segurança, à rentabilidade e à liquidez. A política de controle é previamente aprovada pela Diretoria.

O valor justo dos instrumentos financeiros relacionados no item 33.1, não difere dos saldos contábeis, pois estes têm correção monetária consistente com taxas de mercado e/ou estão ajustados pela provisão para redução ao valor recuperável, exceto pelo saldo de propriedade para investimentos.

Os diferentes níveis foram definidos conforme: (a) Nível 1 - preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos; (b) Nível 2 - "inputs", exceto preços cotados, incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, direta (preços) ou indiretamente (derivado de preços); e (c) Nível 3 - premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado ("inputs" não observáveis).

Os instrumentos financeiros da Companhia demonstrado no quadro abaixo estão classificados hierarquicamente no nível 2. Não houve mudança de nível para esses instrumentos financeiros no exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

33.1 Classificação dos instrumentos financeiros por categoria

	Nota	31/12/2021		31/12/2020	
		Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado
Ativos mensurados pelo valor justo por meio do resultado					
Caixa e equivalentes de caixa	7	104.714.711	1.589.947.576	38.645.043	1.084.267.944
Títulos e valores mobiliários	8	-	175.328.834	100.016.657	258.190.069
		104.714.711	1.765.276.410	138.661.700	1.342.458.013

	Nota	31/12/2021		31/12/2020	
		Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado
Ativos mensurados pelo custo amortizado					
Contas a receber - partes relacionadas	22.1	3.330.317	957.006	3.819.173	1.116.290
Concessionárias e permissionárias	9	-	332.964.638	-	311.303.282
Empréstimos a receber - partes relacionadas	11	739.079.128	739.079.128	1.818.935.527	797.831.900
		742.409.445	1.073.000.772	1.822.754.700	1.110.251.472

	Nota	31/12/2021		31/12/2020	
		Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado
Passivos mensurados pelo custo amortizado					
Fornecedores - terceiros	17	1.857.897	246.492.969	423.906	295.466.738
Fornecedores - partes relacionadas	22.2	2.159.713	16.645	1.896.986	16.645
Empréstimos e financiamentos - terceiros	18	-	7.347.901.907	-	6.107.448.396
Empréstimos - partes relacionadas	18	5.745.783.571	5.745.783.571	4.493.998.824	5.351.024.149
		5.749.801.181	13.340.195.092	4.496.319.716	11.753.955.928

Para o cálculo do valor de mercado das debêntures, projetaram-se os recebimentos provenientes desta ao longo de um fluxo de caixa considerando as seguintes premissas: (a) índice e taxa indicativa ANBIMA provenientes de debêntures semelhantes (setor, indexador, duration) para os casos onde a debênture analisada não constar na base ANBIMA e (b) curva de amortização do agente fiduciário. O valor deste fluxo a valor presente é a abordagem de mensuração do valor justo, conforme segue para o exercício de 2021 nas Controladas PPTTE, LTMC e MRTE:

	PPTTE	LTMC	MRTE
Saldo contábil	132.293.256	80.019.190	17.800.542
Cálculo valor justo	124.813.773	85.130.805	18.507.994

33.2 Gestão de risco: As operações financeiras da Companhia e suas controladas são realizadas por intermédio da área Financeira, de acordo com uma estratégia conservadora, visando à segurança, à rentabilidade e à liquidez, previamente aprovada pela Diretoria do Grupo. Os principais fatores de risco de mercado que poderiam afetar o negócio da Companhia e suas controladas são: **a. Riscos de mercado:** A utilização de instrumentos financeiros pela Companhia e suas controladas têm como objetivo proteger seus ativos e passivos, minimizando a exposição a riscos de mercado, principalmente no que diz respeito às oscilações de taxas de juros, índices de preços e moedas. A Companhia não tem pactuado contratos de derivativos para fazer *hedge* contra esses riscos, porém, estes são monitorados pela Administração do Grupo, que, periodicamente, avalia a exposição da Companhia e propõe estratégia operacional, sistema de controle, limites de posição e limites de créditos com os demais parceiros do mercado. A Companhia e suas controladas também não praticam aplicações de caráter especulativo ou nenhum outro ativo de risco. **b. Riscos de taxa de juros:** Os riscos de taxa de juros relacionam-se com a possibilidade de variações no valor justo de seus empréstimos e financiamentos indexados a taxas de juros prefixadas, no caso de tais taxas não refletirem as condições correntes de mercado. Apesar de a Companhia e suas controladas efetuarem o monitoramento constante desses índices, até o momento não se identificou a necessidade de contratar instrumentos financeiros de proteção contra o risco de taxa de juros.

O perfil da taxa de juros dos instrumentos financeiros do Grupo remunerados por juros, conforme reportado à Administração, está apresentado abaixo:

	31/12/2021		31/12/2020	
	Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado
Efeito em Reais				
Ativos Financeiros				
Caixa e equivalente	104.714.711	1.589.947.576	38.645.043	1.084.267.944
Títulos de Valores Mobiliários	-	175.328.834	-	258.190.069
Contas a receber parte relacionadas	3.330.317	957.006	3.819.173	1.116.290
Concessionária e Permissionárias	-	332.964.638	-	311.303.282
Empréstimos a receber - partes relacionadas	739.079.128	739.079.128	1.818.935.527	797.831.900
Passivos Financeiros				
Empréstimos e financiamentos - terceiros	-	7.347.901.907	-	6.107.448.396
Empréstimos e financiamentos - partes relacionadas	5.745.783.571	5.745.783.571	4.493.998.824	5.351.024.149

c. Riscos cambiais: Os resultados da Companhia e de algumas de suas controladas estão suscetíveis de sofrer variações, em função dos efeitos da volatilidade da taxa de câmbio sobre as transações atreladas às moedas estrangeiras, principalmente em operações de empréstimos. O Grupo faz acompanhamento periódico sobre sua exposição cambial e, até o presente momento, não identificou a necessidade de contratar instrumentos financeiros de proteção, visto que os principais empréstimos do Grupo em Dólar são contratados com a SGID, assim, os ganhos e perdas em função da variação das taxas cambiais ficam consolidados no Grupo. **Análise de sensibilidade de variações na moeda estrangeira:** A Companhia calcula a sensibilidade a uma variação cabível que possa ocorrer na taxa de câmbio do US\$, mantendo-se todas as outras variáveis constantes, dos empréstimos com contratação em moeda estrangeira. A análise de sensibilidade foi realizada para o valor justo dos instrumentos financeiros de moeda estrangeira. O cenário atual é o valor justo em 31 de dezembro de 2021. Consideramos a mudança na variável de risco de -5% e +5% respectivamente, em:

	31/12/2021	(5%)	5%
Empréstimos	5.745.783.571	(287.289.178)	287.289.178

d. Risco de crédito: Os riscos de crédito são minimizados em virtude dos recebíveis das controladas serem essencialmente com a ONS, apresentando baixo nível de atrasos nos recebimentos. **e. Risco de liquidez:** A Companhia e suas controladas acompanham o risco de escassez de recursos por meio de uma ferramenta de planejamento de liquidez recorrente. O objetivo é manter o saldo entre a continuidade dos recursos e a flexibilidade através de contas garantidas e empréstimos bancários. A política é a de que as amortizações sejam distribuídas ao longo do tempo de forma balanceada. A previsão de fluxo de caixa é realizada de forma centralizada pela Administração do Grupo através de revisões mensais. O objetivo é ter uma geração de caixa suficiente para atender às necessidades operacionais, custeio e investimento da Companhia.



STATE GRID
BRAZIL HOLDING S.A.
国家电网巴西控股公司

STATE GRID BRAZIL HOLDING S.A.

CNPJ/MF nº 11.938.558/0001-39



★ continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em Reais)

Número Contrato	Fornecedor	Descrição	Data	Total
IRTE-PM-2020-3719	CET	EPC para IRTE-Milagres II	30/12/2020	6.509.446
IRTE-PM-2021-4081	GE	IPARO do EPC para IRTE-Milagres II	07/06/2021	3.223.899
IRTE-PM-2021-4065	Sieyuan	IPARO do EPC para IRTE-Milagres II - TC e TPC	29/06/2021	443.008
IRTE-PM-2021-4102	Siemens	IPARO do EPC para IRTE-Milagres II - Disjuntores e Chaves Secc	16/07/2021	217.370
IRTE-PM-2021-4022	Sae Towers	IPARO do EPC para IRTE-Milagres II - Estruturas Metálicas	01/06/2021	1.166.112
IRTE-PM-2021-4000	Marte	IPARO do EPC para IRTE-Milagres II - Projeto Executivo	28/04/2021	224.055
IRTE-PM-2021-4321	Better Systems	IPARO - Construção e Montagem	11/08/2021	4.743.792
IRTE-PM-2021-4328	GE - SPCS	IPARO - SPCS	23/08/2021	2.095.115
IRTE-PM-2021-4156	Prysmian	IPARO - Vários Cabos	21/10/2021	4.236.618
IRTE-PM-2021-4485	Fiberx	IPARO - Telecom	29/10/2021	1.139.120
IRTE-PM-2021-4199	Sadel	IPARO - hardware da cadeira do isolador	19/11/2021	705.774
IRTE-PM-2021-5092	Riseline	IPARO - disc isoladores	07/12/2021	675.459
GSTE - 001/2020	Giovanni Sanguinetti	CCI GSTE x IRTE	30/11/2020	224.163
PO-009434	Extimac	Prevenção e Combate a Incêndio e Pânico	17/12/2021	5.500
PPTE-PM-2018-2379	Nari	EPC para PPTE - 3º banco de transformador	26/04/2018	76.940
PPTE-PM-2020-3507	Nari	Remobilização	24/09/2020	46.157
PPTE-PM-2020-3371	Nari	EPC para PPTE - Cubículos	22/07/2020	564.444
PPTE-PM-2020-3685	Dolar Engenharia	IPARO do EPC para PPTE - Cubículos - Obra civil e montagem	30/11/2020	5.841
PRTE-ENG-2016-0009	Seppo1	EPC TP2 - Lote C2	28/11/2016	1.608.950
PRTEPM20203520	Seppo1	Termo Encerramento e Quitação - C2	16/09/2020	1.700.000
PRTEPM20203519	Seppo1	Termo Encerramento e Quitação - C3	30/09/2020	4.466.858
PRTE-PM-2020-3870	Englineas	TEQ C3 - Diagnóstico de inconformidades	04/02/2021	315.490
PRTE-PM-2021-4177	Brametal	TEQ C3 - Estruturas metálicas	22/11/2021	299.833
EXP-SMTE-2019-008	Nari	Contrato EPC para SMTE - Paracatu 4	15/08/2019	277.230
Iracema- PM-2017-2222	Nari	Contrato EPC para IRTE - Curral Novo II	27/12/2013	996.184
EXP-SPTE-2019-0023	Nari	Contrato EPC para SPTE - Pirapora 2	27/09/2019	335.523
PRTE-ENG-2018-177	Nari	Contrato EPC para PRTE - Ribeirãozinho IB	28/09/2018	38.607
PRTE-ENG-2016-0012	CET	Contrato EPC para PRTE	21/12/2016	2.778.539
LTMCM-PM-2021-3909	E-GUANA	Sistema siget para LTMCM - Padre Fialho (Aneel)	18/03/2021	19.080
LTMCM-PM-2021-3965	Marte	Projeto Básico para LTMCM - Padre Fialho	15/04/2021	19.800
LTMCM-PM-2021-4446	Grantel (REA)	Contrato EPC - Autorizado pela ANEEL (R.E.A.)	20/10/2021	42.400.000
LTMCM-PM-2021-4447	Grantel (PA1)	Contrato EPC - Parecer Autorizativo ONS (P.A.)	20/10/2021	7.100.000
SMTE-PM-2021-3954	GE - Grid Solutions	Disjuntor para SMTE- PR4 6th bay	17/03/2021	12.520
SMTE-PM-2021-4061	HUBBEL	Chave Seccionadora para SMTE_PR4_6th bay	14/06/2021	22.000
SMTE-PM-2021-3993	Pfiffner	TP e TC para SMTE_PR4_6th bay	31/05/2021	35.923
SMTE-PM-2021-3887	TE Connectivity	Para-raio para SMTE_PR4_6th bay	09/06/2021	33.666
SMTE-PM-2021-4432	SGSE - State Grid Serviços de Engenharia S.A.	Contrato EPC	27/09/2021	962.407
SMTE-PM-2021-4186	CEL Engenharia (Iparo SGSE)	IPARO - Serviços de Obra Civil, Montagem Eletromecânica e Suporte no Comissionamento	07/12/2021	2.570.467
SMTE-PM-2021-4154	CIELT (Iparo SGSE)	IPARO - Fornecimento de Estruturas Metálicas	06/11/2021	329.870
SMTE-PM-2021-4181	Smart (Iparo SGSE)	IPARO -Fornecimento do SPCS e elaboração de projeto elétrico	24/11/2021	1.013.622
SGBH(8)-PM-2021-4351	Bureau Veritas	IRTE - SE MILAGRES II - Contrato de Engenharia do Proprietário	28/08/2021	366.456
SGBH(8)-PM-2021-4351	Bureau Veritas	SMTE - SE PARACATU 4 - 6º Bay - Contrato de Engenharia do Proprietário	28/08/2021	386.196
SGBH(8)-PM-2021-4351	Bureau Veritas	LTMCM - SE PADRE FIALHO - Contrato de Engenharia do Proprietário	28/08/2021	462.644
SGBH(8)-PM-2021-4351	Bureau Veritas	SPTE - SE LUZIÂNIA - Contrato de Engenharia do Proprietário	28/08/2021	451.766
SGBH(8)-PM-2021-4351	Bureau Veritas	PPTE - SE NOVA PORTO PRIMAVERA - Contrato de Engenharia do Proprietário	28/08/2021	451.766
SGBH(8)-PM-2021-4351	Bureau Veritas	ATE - SE APARAQUARA - Owner's Engineering Contract Contrato de Engenharia do Proprietário	28/08/2021	451.766
SGBH(8)-PM-2021-4351	Bureau Veritas	Owner's Engineering Contract - Bureau Veritas	28/08/2021	728.586
RPTE-PM-2017-2170	Nari	Contrato EPC para RPTE - Marimbondo	13/09/2017	199.053
RPTE-OM-2016-1488	Guaraciaba Transmissora (GTE)	CCI entre GTE e RPTE - Marimbondo	20/04/2016	267.580
STE-PM-2021-4093	XPTT	EPC - Linha de transmissão	14/06/2021	136.002.540
STE-PM-2021-4101	Topocart	Topografia	18/06/2021	11.956
STE-PM-2021-4107	Marte	Projeto básico e executivo	17/06/2021	574.946
STE-PM-2021-4358	GEO Advance	Sondagem	24/08/2021	451.526
STE-PM-2021-4380	Alubar	Cabos	24/08/2021	71.180.492
STE-PM-2021-4187	Prysmian	OPGW	04/11/2021	10.150.000
STE-PM-2021-4126	CET	EPC - Subestação	14/07/2021	114.973.280
STE-PM-2021-4144	Tractebel	Projeto básico e executivo	17/09/2021	1.315.000
XRTE-ENG-2018-0547	ACX Engenharia Ltda.	Contrato para elaboração e construção de 10 (dez) instalações/sedes e subedes de manutenção e operação	31/10/2018	632.043
XRTE-ADM-2019-0985	Doraci Maria Faiz Kuster	Contrato aluguel apto chineses em Altamira	30/09/2020	46.442
XRTE-AD-2021-3908	Lacus Service Locação Eireli	Contrato serviço de limpeza SS Xingu	08/03/2021	590.626
XRTE-AD-2021-4164	J. S. Soares Transportes Ltda.	Contrato serviço de transporte SS Xingu	03/11/2021	839.300
XRTE-UHV-2021-4172	Bird Solutions e Tecnologia - Eireli	Contrato de locação de repetidoras para SS Xingu	12/11/2021	84.000
XRTE-UHV-2021-4473	Wecom Com. Dist. e Serv. em Tec. da Informação S.A.	Contrato de fornecimento de byne table	16/12/2021	154.581
XRTE-LD-2019-0987	Amaro, Antunes e Mourão Advogados Associados	Consultoria e assessoria jurídica	02/09/2019	1.601.950
				436.013.877

Cronograma de vencimento

Ano	Em R\$
2022	248.850.201
2023	159.392.529
2024 em diante	27.771.147
	436.013.877

37. EVENTOS SUBSEQUENTES

Emissão de Debêntures Silvânia Transmissora de Energia S.A ("STE"): Em 17 de janeiro de 2022, em assembleia geral extraordinária, foi deliberada a emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, em série única, da espécie quirografária para Controlada da Silvânia Transmissora de Energia S.A. Consequentemente, em 18 de janeiro de 2022 foi celebrado o Instrumento Particular de Escritura da 1ª Emissão de Debêntures Simples, não

conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, Com Garantia Fidejussória Adicional, em Série Única, para Distribuição Pública, com Esforços Restritos, da Silvânia Transmissora de Energia S.A., com desembolso em 31 de janeiro do mesmo ano no valor de R\$ 235.000.000 (duzentos e trinta e cinco milhões de reais), sendo o pagamento da amortização previsto para ocorrer em 25 de janeiro de 2025. A partir da data de emissão incidirá sobre o valor nominal unitário a taxa de juros equivalentes a CDI + 1,40% a.a. **Liberação das garantias da Controlada Paranaíta Ribeirãozinho Transmissora de Energia S.A. ("PRTE") pelo BNDES:** Em 25 de janeiro de 2022, o BNDES - Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e social, em razão do cumprimento integral das condições exigidas para Contrato de Financiamento Mediante Abertura de Crédito nº 18.2.0426.1, decidiu autorizar a exoneração da fiança corporativa prestada pela State Grid Brazil Holding S.A., no montante de R\$ 580.084.321 (quinhentos e oitenta milhões, oitenta e quatro mil, trezentos e vinte e um reais) constituída no âmbito do mencionado Contrato de Financiamento, celebrado entre o BNDES e a Paranaíta Ribeirãozinho Transmissora de Energia S.A.

DIRETORIA

Chang Zhongjiao
Presidente

Yusheng Wang
Vice-Presidente

Mariana de Oliveira Barbosa
Contadora - CRC RJ - 103573/O-2

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos Acionistas e Diretores da
State Grid Brazil Holding S.A.
Rio de Janeiro - RJ

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da State Grid Brazil Holding S.A. (Companhia), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da State Grid Brazil Holding S.A. em 31 de dezembro de 2021, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principal assunto de auditoria: Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. **Mensuração do ativo contratual e da receita de contrato com clientes:** Veja as Notas 5.4 e 12 das demonstrações financeiras individuais e consolidadas. **Principal assunto de auditoria: Como auditoria endereçou esse assunto:** Conforme os Contratos de Concessão de Serviços Públicos de Energia Elétrica, a Companhia é responsável pela construção da infraestrutura de transmissão para transportar a energia dos centros de geração até os pontos de distribuição. De acordo com o CPC 47 - Receita de contrato com cliente, a Companhia reconhece: (i) um ativo de contrato a medida em que são concluídas as obrigações de desempenho relacionadas a construção da infraestrutura, (ii) receita de operação e manutenção para o cumprimento das obrigações de performance de operar e manter o ativo previstas no contrato de concessão e (iii) receita de remuneração sobre o ativo de contrato reconhecido, a partir da entrada em operação, utilizando a taxa de desconto definida no início do projeto. A estimativa do valor do ativo contrato, da receita de operação e manutenção e da receita de remuneração envolve, em seu reconhecimento inicial, o uso de premissas tais como: taxa de inflação de longo prazo, margem de operação e manutenção (O&M), margem de construção, e a taxa de financiamento. Espera-se que as premissas utilizadas para mensuração e reconhecimento inicial permaneçam inalteradas para as mensurações prospectivas em datas-bases subsequentes. Devido à especificidade e relevância dos ativos de contrato, da receita de operação e manutenção e da receita de remuneração reconhecidas em conjunto das demonstrações financeiras, além de possuírem risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis, consideramos a atualização dessas rubricas como assunto significativo para a nossa auditoria. Nossos procedimentos de auditoria incluíram, dentre outros: (i) Entendimento do desenho e implementação dos processos relevantes; (ii) A leitura dos contratos de concessão para identificação das obrigações de performance previstas contratualmente, além de aspectos relacionados aos componentes variáveis aplicáveis ao preço dos contratos; (iii) Verificação, com apoio de especialistas em finanças corporativas: (a) se a metodologia de avaliação foi elaborada de forma consistente com as práticas normalmente utilizadas para determinar os fluxos de caixa e a taxa de financiamento; e (b) se as premissas (taxa de inflação de longo prazo, margem de operação e manutenção (O&M) e a taxa de financiamento) estão fundamentadas em dados históricos e/ou mercado e com os orçamentos aprovado pela Companhia, permanecendo inalteradas em relação às premissas utilizadas no exercício anterior; (iv) Verificação se as bases de receita utilizadas para mensuração do ativo de contrato, da receita de operação e manutenção e da receita de remuneração sobre o ativo de contrato são consistentes com os valores autorizados pelas resoluções homologatórias nº 2.725/2020 e nº 2.895/2021, e com os respectivos AVCs (avisos de créditos); (v) Verificação se os cálculos matemáticos para determinar os valores das estimativas estão adequados; (vi) A avaliação das divulgações efetuadas pela Companhia nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos que a estimativa do ativo de contrato, da receita de operação e manutenção e da receita de remuneração e as respectivas divulgações são aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores: A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em

conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. **Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: - Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. - Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas. - Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. - Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional. - Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. - Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamos-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com a Administração, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Rio de Janeiro, 11 de março de 2022



KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC SP-014428/O-6 F-RJ

Marcelo Nogueira de Andrade
Contador - CRC RJ-086312/O-6

